

2013

Relatório e Contas





TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E.

Av. Fernão de Magalhães, 1862 – 9º

4350-158 Porto

Telef. 225071172 - Fax 225071110

Contribuinte n.º 506 240 266

Registado com o n.º 22 na 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto

Capital Social 30.000 euros

RELATÓRIO E CONTAS 2013

ÍNDICE

Mensagem da Presidente	4
Relatório de Gestão	6
1. Números da Intermodalidade	7
2. Factos relevantes em 2013	8
2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto	8
2.2. Alterações da Rede Intermodal	10
2.3. Alterações Tarifárias	11
2.4. Alteração na Rede de Vendas	11
2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante	12
3. O sistema intermodal Andante	14
3.1. Caracterização da rede	14
3.2. Caracterização dos títulos comercializados	15
4. Atividade Comercial 2013	18
4.1. Validações	18
4.2. Quantidades Vendidas	21
4.3. Receita Intermodal	22
4.4. Comunicação com o Cliente	24
5. O TIP e os seus colaboradores	29
5.1. Estrutura Organizacional	29
5.2. Recursos Humanos	30
6. O TIP e as suas Agrupadas	31
6.1. Estrutura Societária	31
6.2. Composição Dos Órgãos Sociais	31
6.3. Modelo de Governo do TIP	35
7. Desempenho Económico e Financeiro	54
7.1. Proposta de Aplicação dos Resultados	59
Perspetivas para 2014	60
Contas do Exercício de 2013	62
ANEXOS	84
Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	96

MENSAGEM DA PRESIDENTE

O exercício de 2013 é marcado pela alternância na liderança deste ACE, ao fim de cerca de 12 anos de vida do TIP - Transporte Intermodais do Porto, a CP-Comboios de Portugal, EPE por mim representada, assumiu esta responsabilidade. É um imenso orgulho ter



assento e fazer parte desta equipa de gestão, composta por mais três colegas que representam as restantes agrupadas que constituem este ACE, a Metro do Porto e a STCP.

O ano de 2013 confirmou-se como mais um ano de grandes desafios para o TIP, no qual a materialização da estratégia seguida nos últimos anos foi decisiva para a obtenção na melhoria de resultados. Para o sucesso obtido, foi fundamental o envolvimento de todos aqueles que estão comprometidos e se dedicam, com todo o seu profissionalismo, a uma melhoria contínua do serviço prestado, isto é, colaboradores, acionistas e parceiros.

É com enorme satisfação que se obtém um resultado operacional positivo de cerca de € 399.000 e um EBITDA superior a €1.000.000, no ano de 2013.

Estes resultados refletem uma gestão muito rigorosa e criteriosa dos escassos recursos disponíveis. No exercício de 2013 registou-se uma diminuição de 4,5% nos Gastos e um aumento de 10,7% nos Rendimentos, face ao ano de 2012. A explicação reside, do lado da receita, num forte aumento no número de validações dos títulos intermodais Andante, na ordem dos 24%, sendo que algum deste crescimento resulta da migração do cliente monomodal STCP para o sistema intermodal, e no que refere aos Gastos numa expressiva diminuição, nomeadamente nos Fornecimentos e Serviços Externos.

Constata-se assim que o Andante continua a ser a opção do cliente de transporte público na Área Metropolitana do Porto, tendo registado um aumento de cerca de 19% face ao ano transato.

O que nos permite dizer que o ano de 2013 vem reforçar o papel que o TIP tem e continua a ter na promoção da intermodalidade, onde o agente central é o Cliente do transporte público, cujo aumento de procura passa por conhecer, de preferência de forma intuitiva a rede de transporte e as condições de utilização globais e escolher a cada momento da sua viagem o modo de transporte mais eficaz e eficiente.

A crise financeira e macroeconómica que se arrasta desde 2008 impactou de forma definitiva o mundo como o conhecemos, forçando os agentes económicos a ter o foco muito mais centrado no curto-prazo e na equação que conduza a uma solução dos problemas imediatos das nossas economias.

A mobilidade não ficou alheia a esta conjuntura, mas a concertação e diálogo entre todos os Operadores de Transporte da Área Metropolitana do Porto, das Câmaras Municipais, da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto, e demais instituições permitiu encontrar de forma conjunta oportunidades e soluções na adversidade, com resultados satisfatórios.

E é numa ótica de contenção de custos, que o TIP deve cumprir o seu plano de investimentos, já com início em 2014, por forma a serem criados meios de inovação tecnológica que permitam ao Cliente adquirir os seus títulos de transporte de uma forma mais célere e eficaz e até mesmo mais cómoda.

Aqui chegados, cumpre olhar o futuro de forma inspiradora e realista, preparar o TIP para novos modelos de *governance* e operativos o que poderá significar o início de uma nova fase para o ACE que tem de continuar a garantir o cumprimento, de forma sustentável, da sua missão.

Tudo isto só será possível com o compromisso, a vontade e o profissionalismo de todos os colaboradores do TIP com os desafios, os objetivos e projetos para a concretização de forma determinada de uma intermodalidade sustentável para o Acionista e para os Cliente da área do Grande Porto.

Termino com um agradecimento aos nossos Acionistas por todo o empenho e apoio que nos prestaram e tornaram possível obter os resultados apresentados.

Neste sentido, é reiterada a vontade de continuar a liderar tão desafiante projeto e ter a oportunidade de contribuir para a criação de valor na mobilidade de todos os Clientes atuais e potenciais da área do Grande Porto.

Cristina Pinto Dias

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Números da Intermodalidade

Validações totais do sistema Intermodal	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
MP	56,23	54,85	56,15	2,4%
STCP	43,16	45,28	64,01	41,4%
CP	3,48	3,63	3,80	4,6%
Operadores Rodoviários Privados	1,8	5,91	12,36	109,2%
(Unidade: milhões)	104,68	109,68	136,32	24,3%

Estrutura de validações por operador	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
MP	53,7%	50,0%	41,2%	- 8,8 pp
STCP	41,2%	41,3%	47,0%	5,7 pp
CP	3,3%	3,3%	2,8%	- 0,5 pp
Operadores Rodoviários Privados (8)	1,7%	5,4%	9,1%	3,7 pp

Utilização Títulos Transporte	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
Títulos Viagem	1,35	1,39	1,30	-6,5%
Assinaturas totais	57,16	63,16	61,55	-2,5%
(Média Mensal) Assinaturas normais	63,89	64,84	62,49	-3,6%

Valor médio por validação	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
Títulos de Viagem	0,86	0,95	1,00	5,4%
Títulos de Assinatura totais	0,43	0,47	0,48	2,1%
(Unidade: €) Títulos de Assinatura normal	0,50	0,55	0,57	3,6%

Quantidade de cartões vendidos	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
Andante Azul	1.736,7	1.486,6	1.528,2	2,8%
Andante Gold	91,4	98,1	76,4	-22,1%
(Unidade: milhares)	1.828,2	1.584,7	1.604,6	1,3%

Quantidade de títulos carregados	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
Títulos de Viagem	21.863,4	22.365,8	26.584,1	18,9%
Títulos de Assinatura totais	1.293,9	1.314,2	1.637,1	24,6%
(Unidade: milhares) Títulos de Assinatura normal	629,1	572,0	666,5	16,5%

Porcentagem de Vendas por Canal	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
MVAs rede MP	49,72%	46,06%	37,57%	- 8,5 pp
Payshop	26,06%	29,03%	40,23%	11,2 pp
Lojas Andante	13,06%	12,69%	11,19%	- 1,5 pp
CP Porto	5,32%	4,31%	3,84%	- 0,5 pp
STCP	2,69%	2,53%	1,55%	- 1,0 pp
MVAs rede CP	1,09%	2,87%	2,54%	- 0,3 pp
SIBS	1,80%	2,17%	2,15%	0,0 pp
Privados	0,13%	0,21%	0,27%	0,1 pp
Revendedores	0,14%	0,14%	0,65%	0,5 pp

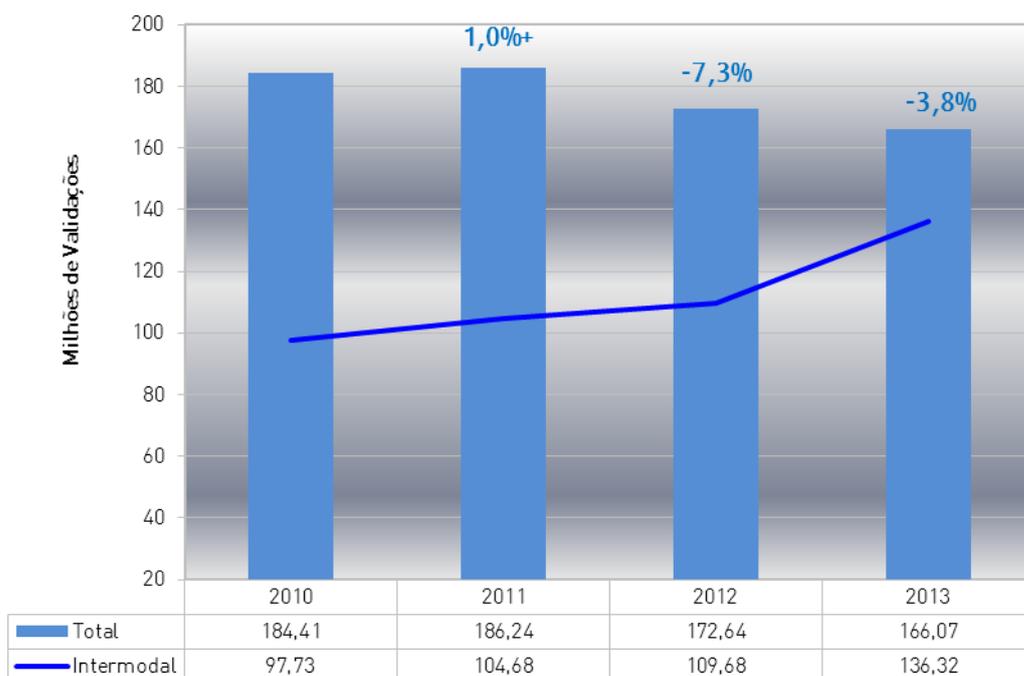
Resultados (em SNC)	2011	2012	2013	Δ 2012/2013
Operacionais	-618,8	-526,0	399,4	175,9%
Financeiros	-164,1	-199,3	-161,2	-19,1%
Líquidos	-788,1	-729,5	236,1	132,4%
(Unidade: milhares €) EBITDA	181,0	346,2	1.241,9	258,7%

2. Factos relevantes em 2013

2.1. Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na Área Metropolitana do Porto

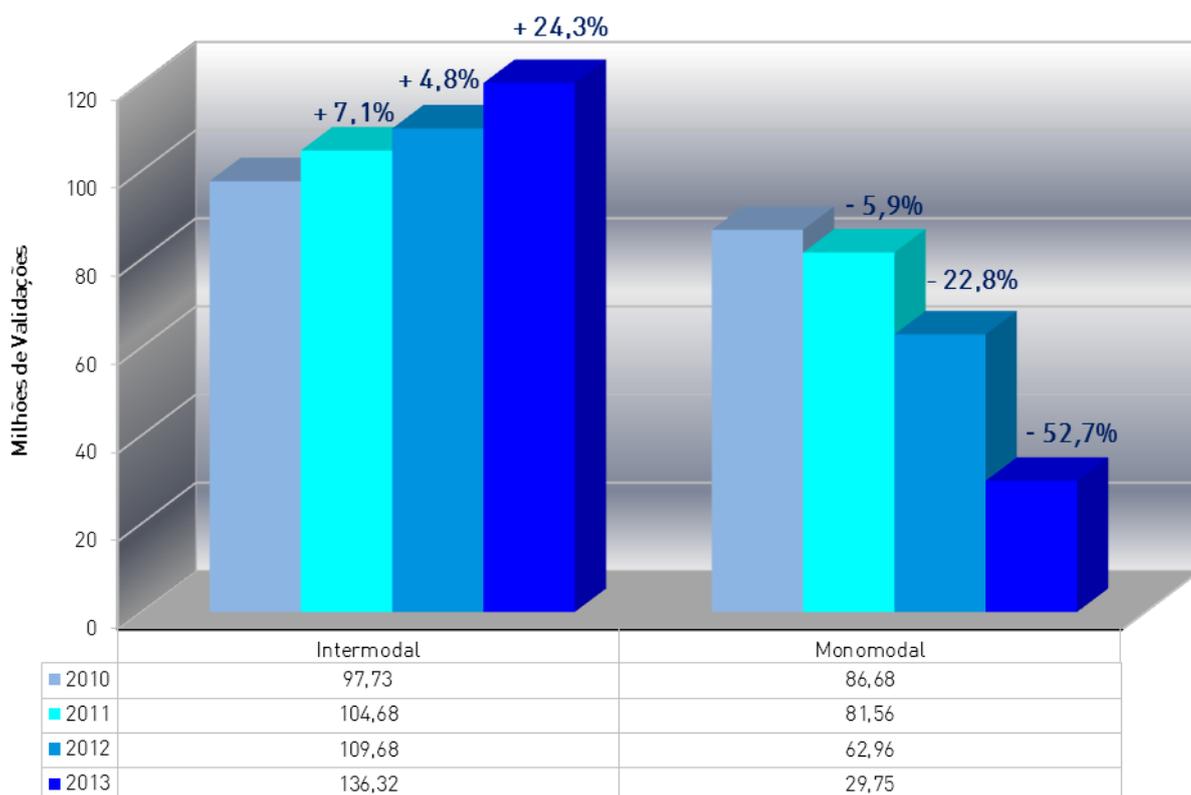
O ano de 2013 é marcado por uma diminuição na procura global do sistema de Transportes Públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP), traduzindo-se num decréscimo de 3,8% face ao ano anterior do número total de validações (incluindo os títulos próprios STCP e CP), para um total de 166,07 milhões.

Já no que respeita às validações com títulos intermodais Andante destaca-se um expressivo acréscimo de 24,3%, para um total de 136,32 milhões de validações.



O Andante representou cerca de 82,09% das utilizações de Transporte Público - uma subida de 18,56 p.p. face a 2012, evidenciando claramente ser a opção da maioria dos utilizadores de Transporte Público da AMP.

Validações Totais



O máximo absoluto mensal de validações intermodais ocorreu no mês de outubro, com aproximadamente 13 milhões de validações.

O maior volume diário de validações intermodais registou-se no dia 10 de outubro de 2013, quinta-feira, com aproximadamente 543 mil validações

2.2. Alterações da Rede Intermodal

A rede intermodal Andante incorporou, ao longo do ano de 2013, novas linhas de operadores já integrados, nomeadamente ETG – Empresa de Transportes Gondomarense, J. Espírito Santo & Irmãos e Resende, Atividades Turísticas, SA.

As adesões ocorridas em 2013 foram concretizadas nos termos previstos no Protocolo outorgado entre a AMTP, a ANTRON, a CP, a MP, a STCP e o TIP, a 21 de Setembro 2011, o qual define os critérios de adesão para alargamento do sistema intermodal.

- Incorporação de novas linhas de operadores já integrados
 - 3 fevereiro 2013
 - Valpi
 - ✓ V94 – Bolhão / Campo
 - 3 junho 2013
 - ETG – Empresa de Transportes Gondomarense
 - ✓ 12 – Souto / Hosp. S. João
 - ✓ 27 – Souto / C. 24 Agosto (via S. Roque)
 - 17 junho 2013
 - ETG – Empresa de Transportes Gondomarense
 - ✓ 11 – Mó / Souto
 - ✓ 30 – Souto / Matosinhos
 - 1 dezembro 2013
 - Espírito Santo
 - ✓ 33 – 4 Caminhos / Av. Vasco da Gama
 - Resende
 - ✓ 121 – Matosinhos (Mercado) / Maiashopping

A entrada de novas linhas não refletiu um alargamento das zonas ativas no Sistema Intermodal Andante, mantendo-se a oferta de 26 zonas.

- Alteração na exploração de linhas do operador STCP
 - 1 novembro 2013
 - Valpi passa a explorar Linha 61 Matosinhos / Valongo

Por Despacho da Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto de 14 de maio de 2013, foi suspensa a exploração das concessões que suportavam as linhas ETG:

81 – Baguim / Rio Tinto (Parque Nascente)

82 – Fânzeres / Souto (Gondomar)

83 – Valbom / Valbom (circulação)

pelo que, naquela data, as mesmas deixaram de integrar o Sistema Intermodal Andante.

2.3. Alterações Tarifárias

No âmbito do despacho normativo nº 24-B/2012 de 19 de dezembro de 2012, entrou em vigor a 1 de janeiro um novo tarifário intermodal refletindo um aumento médio ponderado de 0,90%.

2.4. Alteração na Rede de Vendas

No mês de outubro procedeu-se à instalação e colocação em serviço de 2 Máquinas de Venda Automática (MVAs) nas estações da CP Porto (Campanhã e Espinho), completando um total de 90 MVAs neste operador.

Em abril, após encerramento do Posto de Atendimento STCP, iniciou funções a Loja Andante do Hospital de S. João nas instalações anteriormente ocupadas pela Loja da Mobilidade da Asprela.

A 31 de maio, encerrou a loja Andante da Trofa assumindo a Bilheteira CP no início de junho a comercialização de títulos Andante.

O Revendedor Andante Fórum Maia foi encerrado em novembro, ficando desde logo prevista a abertura de Loja Andante no início do ano 2014 em local a designar pelo Município.

2.5. Evolução do Sistema de Bilhética Intermodal Andante

No decorrer do exercício de 2013 entrou em pleno funcionamento o programa de processamento automatizado de gestão da manutenção. Este processo passou a incluir o registo de todas as avarias no Computador Central da Bilhética (CCB), mesmo as registadas manualmente.

As referidas avarias são comunicadas à Linhandante, que as regista no programa, juntando-se aos restantes pedidos oriundos dos eventos automáticos criados pelos equipamentos. As empresas prestadoras dos serviços de manutenção são notificadas automaticamente dos pedidos a seu cargo devendo no final da intervenção proceder ao fecho de cada pedido.

Deu-se continuidade à consolidação e correção de dados na aplicação de registo de património.

A nível central, alterou-se a arquitetura instalada, tendo sido reaproveitados servidores e licenças existentes. Deslocalizou-se o processamento da repartição de receita do Computador Central de Bilhética para outro servidor (TIP_RR). Esta alteração, a criação de novos índices, bem como a modificação e otimização de determinados processos, permitiram assegurar a conclusão do processamento da repartição de receita e respetiva distribuição de informação pelos operadores, entidades oficiais e Conselho de Administração, até ao oitavo dia útil de cada mês. Criaram-se automatismos de processamento diário que permitiram reduzir o esforço concentrado no período de encerramento mensal. Procedeu-se igualmente à automatização de diversos processos com vista a minimizar a ocorrência de diferenças na informação disponibilizada às entidades oficiais, operadores e Conselho de Administração.

Iniciou-se a 1 de janeiro de 2013 uma nova contratualização da manutenção dos Postos de Venda Assistida (PVAs) com a empresa CPS.is (atualmente designada ITEN), numa modalidade mais suportada em apoio interno, tendo resultado numa economia face ao contrato anteriormente celebrado pelo TIP.

De igual modo, iniciou-se a 1 de janeiro de 2013 uma nova contratualização para a prestação de serviços de gestão de rede de bilhética, incluindo manutenção preventiva e corretiva, com a empresa CPS.is, numa modalidade mais suportada em apoio interno, tendo resultado numa economia face ao contrato anteriormente celebrado pelo TIP.

No mês de julho, concluiu-se o processo de renegociação do contrato de manutenção dos equipamentos de bilhética com a Novabase tendo sido alcançada uma redução de 15% no valor do mesmo.

No mês de setembro foi lançado um Concurso Limitado com Prévia Qualificação para a Manutenção dos Equipamentos de Bilhética, excluindo os PVAs e a manutenção do CCB materializando-se o principal objetivo da redução dos custos de manutenção.

Em outubro, foram instalados na CP Porto os seguintes equipamentos de bilhética sem contacto: 1 MVA e 1 validador em Espinho, 1 MVA e 1 validador em Campanhã.

3. O sistema intermodal Andante

3.1. Caracterização da rede

Zonas Intermodais	26
Operadores Aderentes	11
Linhas de Operadores Rodoviários	124
Estações de Operadores Ferroviários	100
Pontos de Venda	793

- 26 zonas da rede intermodal Andante servidas pelos diferentes operadores aderentes
 - C1 a C11, C16, N2, N3, N10, N11, N14, N15, N16, N17, S1, S2, S3, S7, S8, S9
- 11 operadores aderentes ao sistema intermodal
 - CP + MP + STCP + Resende + Valpi + ETG + Espírito Santo + Maia Transportes + MGC + Nogueira da Costa + Pacense
- 124 linhas de operadores rodoviários integradas
 - 72 STCP + 4 Resende + 8 Valpi + 18 ETG + 17 Espírito Santo + 1 Maia Transportes + 2 MGC + 1 Nogueira da Costa + 1 Pacense
- 100 estações de operadores ferroviários integradas
 - (81 MP + 19 CP)
- 793 pontos de venda de títulos intermodais
 - 9 Lojas Andante
 - Trindade, Campanhã, Casa da Música, Maia, Brito Capelo, General Torres, Senhora da Hora, Póvoa de Varzim, Hosp. S. João
 - 240 Máquinas de Venda Automática
 - 200 MP + 40 CP (na área monomodal CP estão instaladas 50 máquinas de venda automática com possibilidade de venda intermodal pelo que a capacidade de venda instalada ascende a 90 MVAs)
 - 13 Postos de Atendimento de Operadores Aderentes
 - 1 Posto STCP: Bom Sucesso
 - 6 Postos CP: S. Bento, Campanhã, Ermesinde, Devesas, Espinho, Trofa

- 6 Postos Operadores Privados: Valpi, Resende, Maia Transportes, ETG, Espírito Santo (2)
 - 528 Agentes Payshop
 - 3 Revendedores: Loja da Mobilidade (CMP) + Aeroporto (Turismo do Porto e Norte de Portugal) + Revendedor particular
 - Rede Multibanco em todo o país.
- 1.830 Validadores instalados na área intermodal Andante (na área monomodal CP estão instalados 145 validadores pelo que a quantidade total de validadores em operação ascende a 1.975).

3.2. Caracterização dos títulos comercializados

3.2.1. Títulos Ocasionais

Válidos para um conjunto de anéis de zonas que se contam à volta da zona onde o cliente iniciou a viagem (o local onde fez a 1ª validação) e até ao limite de anéis de zonas adquirido (Z2 se forem 2 anéis, Z3 se forem 3 anéis, ...).

- **Título de Viagem**

Permite viajar durante um determinado período de tempo consoante o número de anéis de zonas adquirido. Nenhuma das validações efetuadas pelo Cliente dentro desse período de tempo origina o desconto de uma viagem. O importante é a hora e o local da 1ª validação.

O tempo permitido aumenta à medida que cresce o número de zonas adquiridas.

Títulos de Viagem	Validade Temporal
Z2	1h00m
Z3	1h00m
Z4	1h15m
Z5	1h30m
Z6	1h45m
Z7	2h00m
Z8	2h15m
Z9	2h30m
Z10	2h45m
Z11	3h00m
Z12	3h15m

- **Andante 24**

Permite viajar um número ilimitado de vezes no número de anéis de zonas adquirido durante 24 horas consecutivas após a 1ª validação.

- **Andante Tour**

Título de transporte vocacionado para o segmento de turistas.

Confere acesso a toda a rede intermodal Andante permitindo um número ilimitado de viagens durante 24 horas (Andante Tour 1) e 72 horas (Andante Tour 3) consecutivas após a primeira validação.

O cartão Andante Tour não é recarregável.

3.2.2. Títulos de Assinatura Mensal

Válidos num conjunto de zonas selecionadas pelo cliente, permitindo-lhe viajar um número ilimitado de vezes durante um mês (de calendário).

- **Normal**

Título destinado ao público em geral, não subsidiado.

- **Social**

- i. **25% desconto**

- **Social+**

- ✓ Reformados e Pensionistas
 - ✓ Beneficiários do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego
 - ✓ Famílias

- **Júnior / Estudante**

- ✓ Alunos até aos 25 anos de idade (inclusive) matriculados em cursos reconhecidos oficialmente de ensino primário, secundário, técnico-profissional, médio ou superior.

- **Sénior**

- ✓ Pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

- **Reformado-Pensionista**
 - ✓ Pessoas pertencentes a agregados familiares cujo rendimento global não ultrapassa o salário mínimo nacional.
 - **4_18 (B)**
 - ✓ Beneficiários do Escalão “B” de Ação Social Escolar.
 - **4_18 (F) / Sub23 (F)**
 - ✓ Destina-se a estudantes das assinaturas 4_18 e Sub23 inseridos em famílias que cumpram o critério estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 3-A da portaria n.º272/2011, de 23 de Setembro, conforme alterada pela Portaria n.º 36/2012, de 8 de fevereiro (Passe Social +).
- ii. **50% desconto**
- **Social+ (A)**
 - ✓ Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)
 - ✓ Beneficiários do Complemento Solidário de Idosos (CSI)
- iii. **60% desconto**
- **4_18 (A) / Sub23 (A)**
 - ✓ 4_18 (A): Beneficiários do escalão “A” de Ação Social Escolar
 - ✓ Sub23 (A): Beneficiários da Ação Social no Ensino Superior.

4. Atividade Comercial 2013

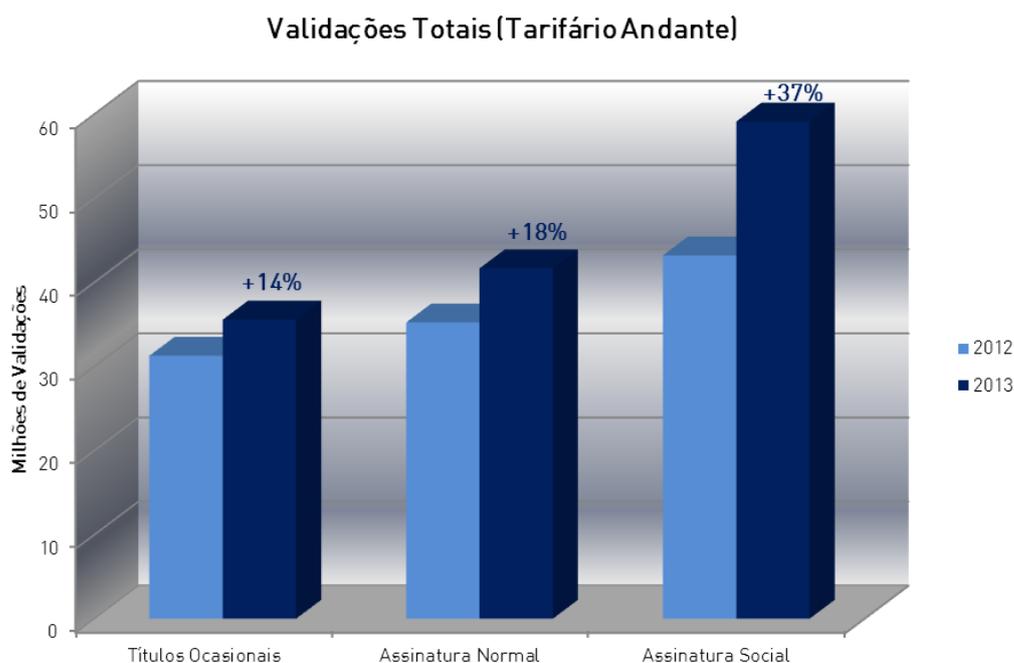
4.1. Validações

O ano de 2013 apresenta uma subida de 24,3% no volume de validações intermodais Andante, num total de 136,32 milhões de validações.

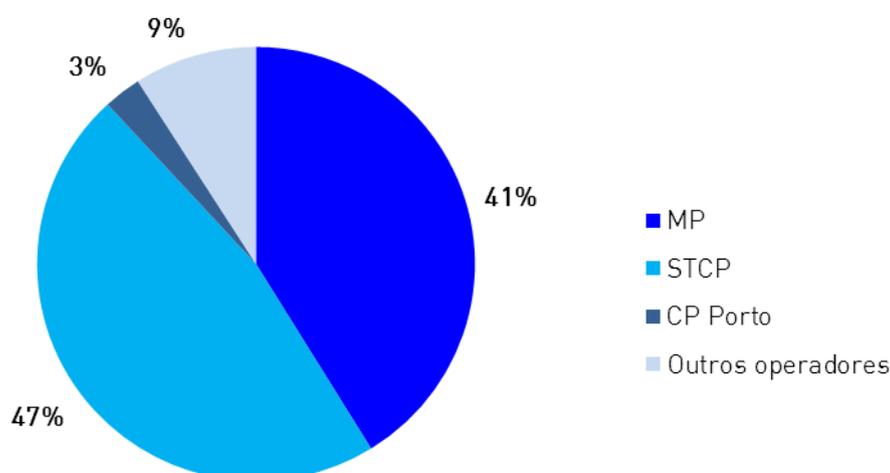
A distribuição da procura por tipologia de título revela que aproximadamente 74% das validações dos títulos intermodais respeitam a assinaturas (41,3% normais e 58,7% sociais), sendo 26,1% referentes a títulos ocasionais. A distribuição de validações por tipologia de título manteve-se semelhante à registada em 2012.

Os títulos de assinatura normal continuam a evidenciar-se como os de maior procura (41,7 milhões de validações) com cerca de 30,6% do total de validações no ano em análise.

As validações com assinaturas de Tarifário Social na sua globalidade (Júnior, Estudante, Reformado/Pensionista, Sénior, Social+, 4_18(A), 4_18(B), 4_18(F), Sub23 (A), Sub23 (F)) registam um crescimento de 37% face a 2012.



A distribuição das validações intermodais por operador no ano de 2013 foi a seguinte:



Destaca-se um aumento das validações intermodais em todos os operadores face a 2012. É de salientar que o forte acréscimo nas validações intermodais do operador STCP é justificado pela migração de clientes monomodais STCP para o tarifário intermodal, imposta pela extinção de grande parte da oferta de títulos monomodais.

Já a expressiva subida registada nas validações dos operadores privados integrados no sistema intermodal Andante de aproximadamente 109% face ao mesmo período do ano anterior reflete não só a adesão de novas linhas dos operadores ETG, Espírito Santo e Resende no sistema intermodal Andante ao longo do ano de 2013, como também o acréscimo generalizado da procura em linhas já integradas.

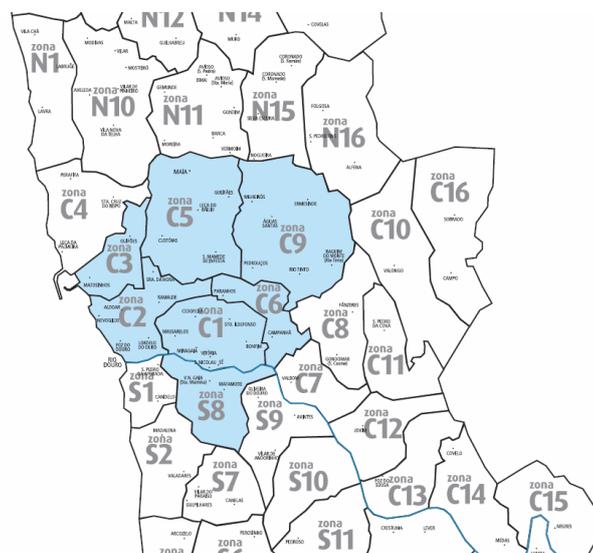
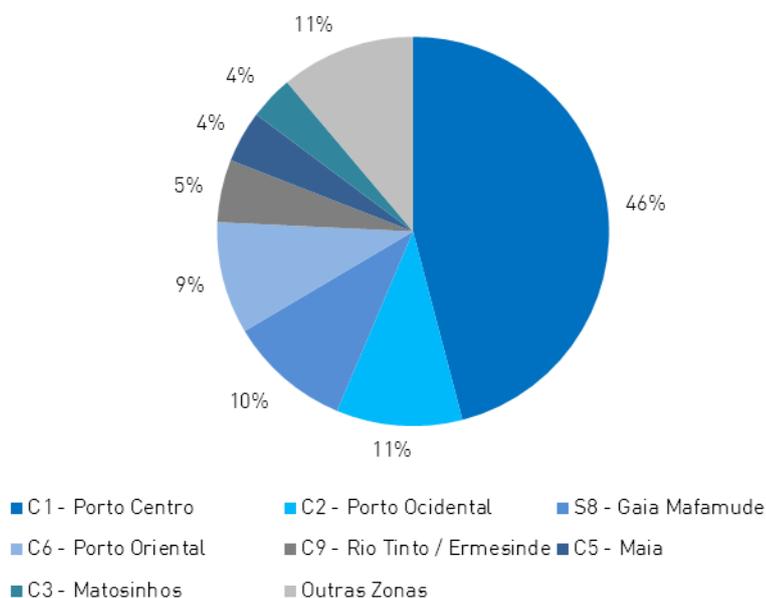
Validações Intermodais	2010	2011	2012	2013	Δ 12/13
MP*	54,05	56,23	54,85	56,15	2,4%
STCP	39,14	43,16	45,28	64,01	41,4%
CP Porto	3,37	3,48	3,63	3,80	4,6%
Resende	1,03	1,31	1,50	1,89	26,0%
Espírito Santo	0,08	0,10	1,39	2,24	61,2%
Maia Transportes	0,03	0,04	0,04	0,04	0,0%
Valpi	0,03	0,04	0,12	1,45	1108,3%
OFR	-	0,31	1,00	1,18	18,0%
Nogueira da Costa	-	0,00	0,01	0,02	100,0%
ETG	-	-	1,82	5,43	198,4%
Pacense	-	-	0,04	0,12	200,0%
	97,73	104,68	109,68	136,32	24,3%

Unidade: milhões de validações

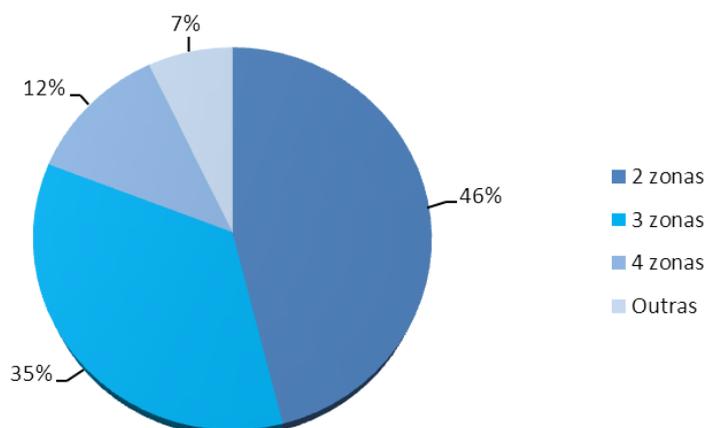
* Inclui Funicular dos Guindais e Alternativos

No que se refere à procura por zonas, constata-se ser a zona C1 (Porto Centro) a que regista maior utilização com 45,9% das validações totais, seguindo-se as zonas C2 (Porto Ocidental) e S8 (Gaia Mafamude) com 10,4% e 10,1% respetivamente. Regista-se em 2013 uma inversão nas posições das zonas C2 (Porto Ocidental) e S8 (Gaia – Mafamude) face a 2012, passando a zona C2 a ocupar o 2º lugar remetendo a zona S8 para a 3ª posição.

No seu conjunto, as zonas mais centrais C1, C2, S8, C6, C9, C5 e C3, continuam a concentrar 88,9% do total de validações do sistema intermodal Andante.



As deslocações de curta distância (clientes utilizadores de 2 ou 3 zonas) constituem a maioria das deslocações intermodais, representando 80,8% das validações efetuadas no ano em análise, mais 1,7 p.p. que o número apurado em 2012.



4.2. Quantidades Vendidas

Em 2013, foram vendidos cerca de 1,6 milhões de cartões com utilização intermodal, isto é, cartões Andante (em PVC e em papel) e cartões STCP onde é possível também carregar títulos Andante.

Os títulos de assinatura normal, que em 2010 ainda representavam a maioria do total de assinaturas (51,8%), mantêm a tendência decrescente, registando em 2013 uma quota de 40,7%.

Os carregamentos totais de assinaturas 4_18 (A, B e F) e Sub23 (A e F) diminuíram em 42,7% e 49,1% respetivamente, facto que poderá ser explicado pelas regras de acesso ao benefício, já que este se encontra condicionado aos rendimentos do agregado familiar. Já os carregamentos das restantes assinaturas não normais, Social+ (Geral, A, D e E) e Social (Júnior, Estudante, Sénior, Reformado / Pensionista), cresceram de forma acentuada, 49,2% e 99,1%, respetivamente.

A venda de títulos de transporte especialmente vocacionados para turistas – Andante Tour – registou uma ligeira subida de 2,8% face a 2012.

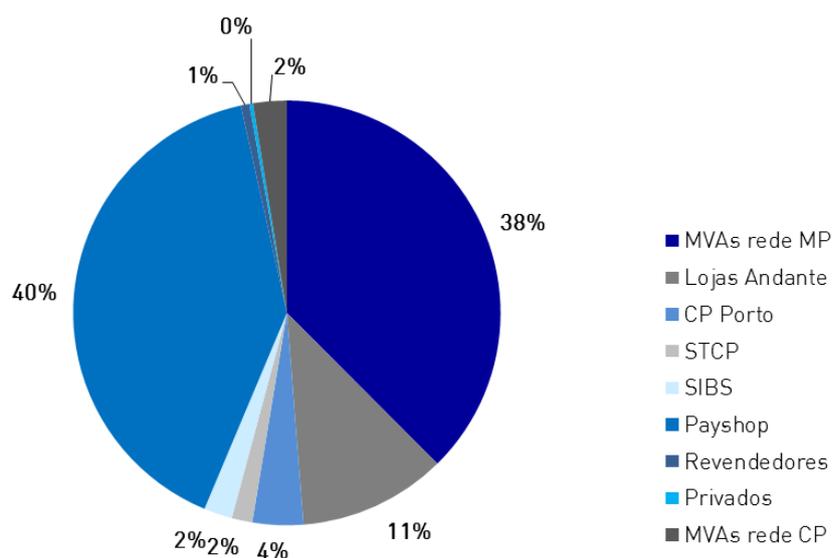
Em 2013 foram vendidos cerca de 44 mil títulos Andante Tour 1 e aproximadamente 26,7 mil títulos Andante Tour 3. A maior incidência de vendas ocorreu, como habitualmente, no mês de agosto.

No que se refere aos tarifários regulados por acordo com o Ministério da Economia (Estudante, Júnior, Sénior e Reformado/Pensionista), foram vendidos 564,3 mil títulos de assinatura tendo praticamente duplicado a quantidade vendida registando-se uma subida de aproximadamente 99% relativamente ao ano anterior. O forte acréscimo dos títulos júnior (61,8%), estudante (94,5%) e sénior (114,3%), poderá ter a sua origem na migração de clientes do tarifário monomodal STCP.

No que se refere ao tarifário Social+ na sua globalidade, foram carregados cerca de 246,3 mil títulos de assinatura, mais 49,2% que no ano anterior.

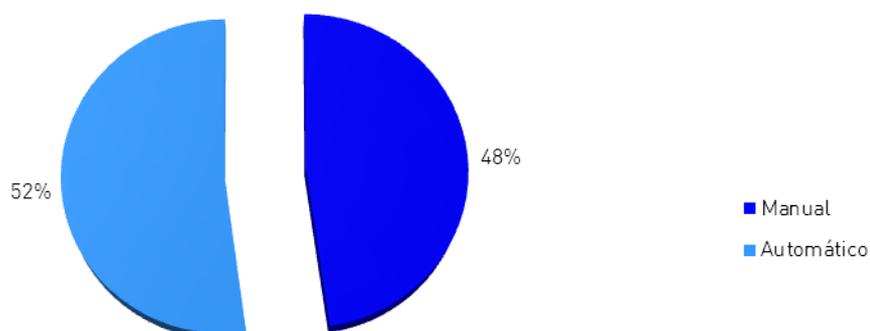
4.3. Receita Intermodal

A receita Andante proveniente da venda de títulos e cartões intermodais ascendeu, em 2013, a 85,1 milhões de euros, refletindo um aumento de 21,3% relativamente ao ano transato. Parte significativa deste aumento resulta de vendas em MVAs instaladas na rede MP (37,6%), destacando-se ainda as vendas na Payshop (40,2%) e lojas Andante (11,2%).



Da análise do total de carregamentos de títulos de transporte Andante, efetuados durante o ano de 2013, resulta que a sua maioria é realizada nas Máquinas de Venda Automática e no Multibanco, tal como se pode observar no gráfico seguinte.

Constata-se igualmente ter havido uma redução substancial da diferença entre carregamentos manuais e automáticos, face ao ano de 2012.



Os carregamentos de assinaturas efetuados durante o ano de 2013 (1.637 mil), as respetivas validações (100,8 milhões) e a receita correspondente (48,43 milhões de euros), não incluindo o produto da venda dos suportes, permitem constatar que os Clientes de Assinatura pagaram, em média, 0,48 euros por cada validação e efetuaram 61,55 validações em média por mês, correspondendo a uma receita mensal média de 29,58 euros (355 euros por ano, o que compara com 358 euros em 2012, um ligeiro decréscimo de 0,8%).

Os dados são no entanto distintos para as diferentes categorias de assinaturas.

As assinaturas normais representaram 667 mil carregamentos, 41,7 milhões de validações às quais corresponde uma receita de 23,76 milhões de euros, apresentando portanto uma receita média de 0,57 euros por cada validação e um número médio mensal de 62,49 validações, correspondendo a uma receita anual média de 428 euros em 2013 (exatamente o mesmo valor de 2012).

Já no caso das restantes assinaturas, estes indicadores apresentam respetivamente os valores de 971 mil carregamentos, 59,1 milhões de validações, 24,66 milhões de euros de receita, 0,42 euros de receita média por validação, 60,90 validações por mês em média, correspondendo a uma receita média de 305 euros por ano, mais 0,3% do que em 2012.

Relativamente aos títulos de viagem Andante, do total de carregamentos efetuados durante o ano de 2013 (26,6 milhões), das respetivas validações (34,7 milhões) e da receita correspondente (34,56 milhões de euros) conclui-se que os portadores destes títulos pagaram, em média, 1,00 euro por cada validação e efetuaram 1,30 validações, em média, por mês.

4.4. Comunicação com o Cliente

Atenta a conjuntura económica adversa vivida pelo país, a comunicação com o cliente centrou-se em 2013 no estritamente necessário para uma correta utilização do sistema intermodal Andante, nomeadamente informação sobre a oferta tarifária, títulos de transporte, rede intermodal e divulgação de parcerias, adiando para 2014 temas fulcrais em matéria de informação ao público como zonamento e cartografia.

Carsharing

Sob o lema “Com o Andante é sempre a Andar”, surge em novembro o lançamento de uma parceria entre o Andante e a Citizenn proporcionando aos clientes novas soluções de mobilidade. Trata-se de um serviço inovador de *Car-Sharing* nas principais zonas de interface com o



transporte público, que permite aos clientes de assinatura utilizar o cartão Andante Gold como chave da viatura, usufruindo de um tarifário mais económico.

Informação oferta tarifária Social+

Face à enorme procura registada em 2013, foi atualizado e reeditado o guia “Tarifário Social Andante” contendo todas as informações necessárias para uma correta aquisição dos títulos de assinatura social, nomeadamente, a quem se destina e qual a documentação necessária.



Atualização da informação para turistas

Para um serviço mais eficiente aos turistas da Área Metropolitana do Porto foi reformulada a informação constante no folheto de informação ao público.



Integração de operadores privados na rede intermodal Andante

Dando continuidade à integração de novas linhas e de novos operadores no sistema intermodal Andante, foi atualizada a informação relativamente aos percursos, destacando as ligações com a restante rede intermodal.



Decoração Lojas Andante

A integração de uma nova loja na rede de vendas Andante, junto ao Hospital de S. João, ditou a sua decoração exterior, permitindo um alargamento da marca Andante pela cidade.



Rede de Vendas

Para fazer face ao fim do tarifário monomodal STCP a partir de 31 de dezembro de 2012 e consequente transferência dos Clientes para o Sistema Intermodal Andante, procedeu-se ao reforço da Rede de Vendas embora o mesmo tenha sido suspenso no final do mês de janeiro por nova decisão da Tutela de manter a assinatura Rede Geral STCP.

A obrigatoriedade de renovação dos perfis Social+, 4_18 e Sub23 esteve na génese da Campanha de Reforço da Rede de Vendas, que decorreu durante os meses de setembro e outubro. Registou-se, como habitualmente, uma elevada afluência no final do mês de setembro, ainda que todas as lojas fossem reforçadas com o maior número de postos possível e com horário alargado, sendo que algumas encerraram perto das 22h.

Call Center Andante

No decorrer do ano de 2013, a Linhandante rececionou aproximadamente 46 mil chamadas de clientes ou agentes de venda havendo a registar um acréscimo de 9,52% no número de contactos.

A Linhandante respondeu ainda a cerca de 1.970 pedidos de informação rececionados por e-mail e registou mais de 3.000 cartões Andante Gold perdidos.

Através do programa de processamento automatizado de gestão da manutenção referido no ponto 2.5, a Linhandante registou 13.070 avarias e situações problemáticas em todo o sistema intermodal, nomeadamente Máquinas de Venda Automática (MVAs), Postos de Venda Assistida (PVAs) e validadores, reportadas pelos técnicos das empresas agrupadas.

Tratamento de Reclamações

O volume de reclamações recebidas em 2013 (5.728) registou um expressivo acréscimo de aproximadamente 90% face a 2012 (3.018) considerando que a partir de janeiro, a Linhandante passou a dar entrada das reclamações das agrupadas, nomeadamente as reclamações de Autos de Notícia, que são posteriormente reencaminhadas para tratamento nessas mesmas empresas.

Igualmente no início do ano, nos termos do Decreto-Lei n.º 198/2012, cessou a possibilidade de as Lojas Andante emitirem fatura, passando a Linhandante a assumir o registo dos pedidos de emissão de faturas, situação apenas possível em backoffice.

Do total das reclamações registadas, 56,8% referem-se a questões relacionadas com as MVAs e aproximadamente 26% relativas a autos de notícia MP.

No ano em análise, a taxa de reclamações relativa a valores retidos nas MVAs face ao número total de transações efetuadas por estes equipamentos é muito reduzida, conforme se constata pelos valores dos rácios a seguir detalhados:

- Taxa de reclamações TIP = N° reclamações / N° transações intermodais = 0,027%
- Taxa de reclamações MVA* = N° reclamações MVA / N° transações MVA = 0,032%

*Considerando apenas as MVA's sitas nas estações MP e Guindais, cuja gestão cabe ao TIP.

4.4.1. Outras Áreas de Atividade

Andante Pro

Com o intuito de manter a promoção da intermodalidade junto do universo empresarial, foram renovados os acordos com as empresas aderentes no sentido de conceder descontos especiais na aquisição, pela respetiva empresa, de títulos de Assinatura anual Andante Pro para o seu efetivo e agregado familiar.

Parcerias para a promoção da mobilidade

Optimus Primavera Sound

De 30 de maio a 1 de junho, o Andante marcou presença no festival Optimus Primavera Sound levando aos clientes as informações necessárias e disponibilizando, no interior do recinto, a venda de títulos de transporte Andante.



Semana Europeia da Mobilidade

No âmbito das comemorações da Semana Europeia da Mobilidade, o TIP associou-se à AdePORTO – Agência de Energia do Porto, manifestando o seu apoio à iniciativa Mobipaper realizada a 21 de setembro que tem como principal objetivo o incentivo à utilização do transporte público.

Esta iniciativa teve por objetivo a promoção da utilização do transporte público e os modos leves de transporte (andar a pé, bicicleta, etc.) e traduziu-se na realização de 8 percursos intermunicipais alternativos nos concelhos associados da AdEPorto, nomeadamente, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Trofa e Vila do Conde.



5. O TIP e os seus colaboradores

5.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional deste agrupamento reflete a sua organização por processos, tendo a estrutura atual sido aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada a 13 de Dezembro de 2010.



5.2. Recursos Humanos

Nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de Dezembro de 2002, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio, sendo a disponibilização de Recursos Humanos, bem como do Administrador Delegado, responsável pela gestão corrente, assegurada pelas Agrupadas.

Colaboradores	2011	2012	2013
MP	7	7	8
STCP	3	3	2
CP	2	2	2
	12	12	12

Nota: em 2011 e 2012, colaboradores da CP em part-time

6. O TIP e as suas Agrupadas

6.1. Estrutura Societária

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE é um agrupamento complementar de empresas, constituído a 20 de Dezembro de 2002, pelos operadores de capitais públicos: Metro do Porto, SA (MP), Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA (STCP) e Comboios de Portugal, E.P.E. (CP).

Não se registaram alterações no capital social da empresa, mantendo-se a estrutura societária inicial, continuando o TIP a ser detido equitativamente pelas suas três agrupadas.

Comboios de Portugal, EPE	33,3 %
Metro do Porto, S.A.	33,3 %
Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	33,3 %

6.2. Composição Dos Órgãos Sociais

A eleição dos atuais Órgãos Sociais do TIP ocorreu em reunião de Assembleia Geral que teve lugar em 27 de março de 2013, para o triénio 2013/2015.

Por carta datada de 20 de fevereiro de 2013, a Senhora Eng.^a Maria Helena Meira da Silva e Castro apresentou renúncia ao cargo de administradora delegada para o qual havia sido eleita, produzindo os seus efeitos no final do mês seguinte àquele em que foi comunicada.

Assim, a composição atual dos órgãos sociais é a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng^a Maria Helena Meira da Silva e Castro
Vice-Presidente: Dr. Fernando Manuel Moreira
Secretário: Dr. Jorge Miguel Osório de Castro Ribeiro Pinheiro de Magalhães

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dra. Cristina Maria dos Santos Pinto Dias [representante da agrupada CP – Comboios de Portugal, EPE]
Vogais: Dr. João Velez Carvalho [representante da agrupada Metro do Porto, SA]
Dr. André da Costa Figueiredo e Silva Sequeira [representante da agrupada STCP, SA]
Dr. António José Lopes [eleito pela Assembleia-Geral]
Dra. Maria João Ferreira da Silva Santos [Administradora-Delegada]

FISCAL ÚNICO

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas: António Magalhães & Carlos Santos, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº53, representada pelo Senhor Dr. Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos, Revisor Oficial de Contas nº1314.

Funções e Responsabilidades

Assembleia Geral

As competências da Assembleia Geral do TIP encontram-se definidas no Artigo 8º ponto 8 dos seus Estatutos:

“São da competência da Assembleia Geral, além das previstas na lei e neste contrato, as matérias seguintes:

- a) Alteração dos Estatutos;*
- b) Aprovação do relatório anual de gestão e contas do exercício;*
- c) Entrada de novos membros para o Agrupamento, bem como consentimento à cessão da participação de qualquer membro no Agrupamento;*
- d) Exclusão de qualquer membro;*
- e) Dissolução do Agrupamento e aprovação das contas de liquidação;*
- f) Quaisquer atos que não sejam da competência exclusiva do Conselho de Administração, ou que lhe sejam submetidos por este, ou que as Agrupadas decidam incluir na sua esfera de competência ou submeter, caso a caso, à deliberação da Assembleia.”*

Conselho de Administração

Nos termos do definido no Artigo 9º ponto 4 dos Estatutos do TIP *“competete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências que a lei ou os presentes Estatutos lhe conferem, a definição da estratégia e as políticas a seguir pelo Agrupamento, bem como a prática de quaisquer atos tendentes à realização do objeto do Agrupamento.”*

Nos termos do número 5 do mesmo artigo, a gestão corrente da sociedade encontra-se delegada num administrador – Administrador Delegado – no respeito dos limites fixados pelo Conselho de Administração exarados no ponto 5, da Ata nº 66, de 10 de Julho 2010.

Fiscal Único

Nos termos do Artigo 12º ponto 3 dos Estatutos do TIP, *“o Agrupamento terá um Fiscal Único, a designar pela Assembleia Geral, por um período de três anos, que deverá ser um Revisor Oficial de Contas ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as funções de fiscalizar a gestão e dar parecer sobre as contas e as demais previstas na lei relativamente às sociedades anónimas.”*



6.3. Modelo de Governo do TIP

Em respeito pela legislação aplicável, nomeadamente a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, que define os Princípios de Bom Governo (PBG) do Sector Empresarial do Estado, e o disposto no artigo 13.º-A do Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto, encontra-se sumariada neste capítulo a informação mais relevante respeitante ao governo societário do TIP durante o exercício de 2013.

6.3.1. Missão, Visão e Política

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE – posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na Área Metropolitana do Porto (AMP) fomentando o crescimento integrado do transporte público de passageiros através do uso de tecnologias inovadoras.

A sua missão assenta nos seguintes pilares:

- Gestão do sistema de bilhética intermodal para a AMP.
- Promoção do aumento da mobilidade dos seus habitantes através da:
 - transferência modal do Transporte Individual;
 - conceção e proposta de uma estrutura tarifária única;
 - gestão rigorosa da receita intermodal;
 - integração de operadores privados no sistema, numa lógica de gestão integrada dos subsistemas, promovendo a racionalidade na utilização dos meios disponíveis;
 - criação e gestão de um sistema de informação intermodal para a AMP;
 - gestão de uma rede integrada de pontos de atendimento na AMP.

As Orientações Estratégicas para o mandato 2013 – 2015 são designadamente:

1. Adequação do modelo de negócio do TIP e respetivo modelo de gestão;
2. Análise do parque de equipamentos geridos pelo TIP e estudos possíveis da sua substituição parcial/integral;

3. Estudo de hipóteses de inovação tecnológica que permitam facultar ao Cliente outras formas de aquisição dos títulos de transporte;
4. Dotar o TIP de mecanismos próprios que lhe permitam criar uma certa autonomia perante os prestadores de serviços e fornecedores atuais;
5. Afirmação do sistema de bilhética e garantia da autonomia na sua gestão e manutenção;
6. Credibilização do sistema tarifário intermodal junto de todas as partes interessadas;
7. Criar um sistema de informação intermodal que apoie os cidadãos da AMP nas suas decisões de mobilidade e potencie o crescimento da quota de Transporte Público (TP) em projeto a desenvolver em conjunto com as agrupadas;
8. Criação de parcerias que potencie o uso do transporte público e a utilização do Andante;
9. Divulgação da marca ANDANTE;
10. Reanálise da estrutura de zonamento do tarifário ANDANTE, de forma a torná-lo mais perceptível para os utilizadores do sistema de transporte intermodal;
11. Negociação de integração de grupos de linhas de operadores privados em articulação com a ANTROP e agrupadas e respetiva contratualização;
12. Revisão pelas agrupadas da especificação técnica e implementação do novo modelo de repartição da receita com base nos passageiros km transportados.

Ao longo do exercício de 2013, o Conselho de Administração reuniu periódica e regularmente havendo a destacar as seguintes decisões:

Reunião de 11 de janeiro de 2013 – Ata nº 91

Ponto 3h) - Contratos Andante Pro

O Conselho de Administração ratificou a decisão de se manterem as condições existentes nos contratos de assinaturas anuais para 2013, que o TIP, ACE outorgou, a saber: Metro do Porto, SA, Prometro, SA, e STCP, SA, com um desconto de 40% relativamente ao normal valor comercial da assinatura e um desconto no cartão de 20%; Trenmo SA e Polícia Judiciária com um desconto de 20% relativamente ao normal valor comercial da assinatura e no cartão, conforme resulta do quadro em anexo à Nota Técnica.

Ponto 3k) – Contrato Beware

O Conselho de Administração ratificou a decisão de denunciar o contrato de prestação de serviços de supervisão da manutenção dos equipamentos do sistema de bilhética intermodal do TIP, ACE, celebrado com a Beware – Consultoria e Serviços, SA, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2012.

Ponto 3 l) – Contrato de manutenção de equipamentos nos postos de venda assistida

O Conselho de Administração ratificou a decisão de denunciar o contrato de manutenção de equipamentos nos postos de venda assistida celebrado com a empresa Card4B - Systems SA , com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2012 e de resolução do contrato de fornecimento de software para o desenvolvimento de uma aplicação informática, em 11 de outubro de 2012, confirme cartas em anexo.

Foi igualmente ratificada a decisão de se adjudicar à empresa *CPCis – Companhia Portuguesa de Computadores Informática e Sistemas, S.A.* a prestação de serviços de manutenção dos equipamentos dos postos de venda assistida instalados, pelo prazo de um ano e preço de 9.560,00 euros.

Ponto 3 m) - Contrato de manutenção da rede de bilhética

O Conselho de Administração ratificou a decisão de se adjudicar à empresa *CPCis – Companhia Portuguesa de Computadores Informática e Sistemas, S.A.* a prestação de

serviços de manutenção da rede de bilhética por um prazo de um ano, pelo preço de 4.600 euros anual, conforme documentação em anexo.

Reunião de 16 de janeiro de 2013 – Ata nº 92

Ponto 2 m) – Auditoria Interna

O Conselho de Administração reanalisou o teor do relatório de auditoria interna e deliberou implementar o conjunto de medidas nele vertidas e monitorizar o seu cumprimento através da emissão de relatórios trimestrais durante o ano de 2013.

Reunião de 27 de março de 2013 – Ata nº 93

Ponto 6 – Orçamento de exploração e investimento 2013

O Conselho de Administração analisou o orçamento de exploração e investimento para 2013 tendo aprovado o mesmo, por unanimidade.

Ponto 7 – Relatório e Contas 2012

O Conselho de Administração analisou e aprovou, por unanimidade, o relatório e contas de 2012.

Reunião de 29 de abril de 2013 – Ata nº 94

Ponto 4 alínea f) - Atualização dos valores de referência utilizados para efeito de pagamento parcial de receita intermodal aos operadores

Foi aprovado atualizar os valores de referência mantendo as percentagens de distribuição do pagamento por conta: 50% para as agrupadas e 70% para os operadores privados.

Ponto 4 alínea g) - Loja do Hospital de São João

A administradora delegada deu conhecimento ao CA de que o protocolo de colaboração com a CMP já está assinado.

Ponto 4 h) - Política de descontos do TIP

Atento o disposto no ofício circular da DGTF, os descontos a atribuir não podem ser superiores a 25%.

O CA solicitou que a grelha de descontos fosse graduada, por forma a não ultrapassar aquela percentagem, revendo-se igualmente as quantidades afetadas.

Reunião de 04 de junho de 2013 – Ata nº 95

Ponto 4 h) - Processo de repartição da receita

A Administradora Delegada fez o ponto de situação do processo de repartição de receita, com especial enfoque no processamento do mês de maio que atingiu um prazo de 21 dias. Perante a dificuldade no processamento, em tempo útil, de repartição da receita, com os inevitáveis constrangimentos criados às empresas agrupadas e operadores privados, e no incumprimento que daí advém para prestar informação às entidades oficiais, como a IGF, a AMTP, e o IMT, foi aprovado a implementação de medidas necessárias à otimização do sistema de processamento mensal da receita, nos termos constantes na Nota Técnica 03/13, de 30 de Maio de 2013 em anexo.

Ponto 4 j) - Aditamento ao Contrato cedência de equipamentos da CP

Foi aprovado a minuta ao aditamento ao contrato de cedência de equipamento de bilhética sem contacto e de gestão operacional dos equipamentos de venda celebrado entre o TIP e a CP, nos termos da minuta em anexo

Ponto 4 k) - Aquisição de Monitores

Foi aprovado a aquisição à empresa Altronix de 45 monitores, para substituição dos monitores existentes nas MVAs avariados por motivo de fim de vida útil, no montante de € 21 375,00€ (valor unitário de 475,00€); à STCP 45 suportes e Kits, no montante de 6 516,90 € (valor unitário de 144,82 €) e à empresa Novabase a prestação de serviços de instalação daqueles 45 monitores, no valor total de 4 500,00 € (valor unitário de 100,00 €), nos termos constantes na Nota Técnica 25/13, de 27 de Maio de 2013 em anexo.

Ponto 4 m) - Renovação do Contrato Andante Pro com a Polícia Judiciária

Foi aprovada a renovação do contrato andante pro com a polícia judiciária nas condições já definidas, em janeiro de 2013, para as outras empresas, nos termos constantes na Nota Técnica 21/13, de 15 de Maio de 2013 em anexo.

Ponto 4 0) - O TIP nas redes sociais

Foi aprovado que o TIP abra uma conta no Facebook, aderindo às redes sociais.

A forma de adesão aprovada foi através de página aberta, permitindo a interação com os clientes, nos termos constantes na Nota Técnica, de 15 de Maio de 2013 em anexo.

Reunião de 02 de julho de 2013 – Ata nº 96

Ponto 2 b)) - Contrato de manutenção em vigor existente entre o TIP e a NOVABASE

O Conselho de Administração aprovou, nos termos constantes na Nota Técnica 09/13, de 01 de Julho de 2013 em anexo, avançar, junto da Novabase, com a proposta de redução de extensão do horário (das 07h30 às 19h30m) e piquete fim de semana (das 9h00 até às 18h00m) para bilheteira e MVAS (exceto CP), acrescida de uma redução comercial do valor de contrato existente, perfazendo assim uma redução de 15%.

Ponto 2 e) - Concurso para a aquisição direta de seguros, com a inclusão dos seguros existentes no TIP

O Conselho de Administração aprovou, nos termos constantes na Nota Técnica 07/13, de 01 de Julho de 2013 em anexo, o princípio de ser lançado um concurso conjunto para aquisição direta de seguros existentes na Metro do Porto, STCP e TIP.

Reunião de 20 de setembro de 2013 – Ata nº 97

Ponto 2 i) - Email da Novabase com o acordo na redução de 15% no contrato de manutenção em vigor

A Administradora Delegada deu conhecimento ao Conselho de Administração do acordo alcançado com a Novabase na redução mensal de 15% no valor de contrato de manutenção em vigor, com efeitos a partir de julho do corrente ano, inclusive.

Ponto 2 j) - Carta denúncia do contrato de manutenção em vigor existente entre o TIP e a Novabase

A Administradora Delegada deu conhecimento ao Conselho de Administração da carta remetida à Novabase, ao cuidado do Senhor Eng.º Manuel Relvas, a denunciar o contrato para o fornecimento, montagem e colocação em serviço de equipamentos

para o sistema de bilhética intermodal gerido pelo TIP em vigor, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2013.

Ponto 2 k) - Protocolo TIP e Car-sharing

O Conselho de Administração aprovou, nos termos constantes na Nota Técnica 38/13, de 03 de Setembro de 2013 em anexo, a versão final do protocolo assinado entre o TIP e a Transdev Mobilidade, SA, com a prévia validação dos seus termos pelo Gabinete Jurídico.

Ponto 4 o) - Peças do procedimento do concurso limitado com prévia qualificação para prestação de serviços de manutenção dos equipamentos de bilhética do TIP, ACE

O Conselho de Administração aprovou o teor das peças do procedimento em anexo (programa de concurso e caderno de encargos).

Com base no memorando do Senhor Eng.º João Roberto Fernandes de Almeida Teixeira, de 19 de Setembro de 2013, em anexo, bem como da sua explicação quanto aos critérios utilizados, o Conselho de Administração aprovou o preço base para efeitos de concurso, no montante de um milhão e meio de euros.

Ponto 4 p) - Minuta do contrato a celebrar entre o TIP e a Payshop

Nos termos da Nota Técnica n.º 43/13, de 16 de Setembro de 2013 em anexo, o Conselho de Administração aprovou a versão final do contrato a celebrar entre o TIP e a Payshop.

Ponto 4 q) - Conta caucionada Millennium BCP – redução para 1 milhão de euros

Nos termos da Nota Técnica n.º 42/13, de 16 de Setembro de 2013 em anexo, o Conselho de Administração deliberou cancelar junto do banco Millennium BCP, a conta corrente caucionado no valor de 2 milhões de euros.

Reunião de 25 de outubro de 2013 – Ata nº 98

Ponto 3 d) - Nova arquitetura do sistema de bilhética

A Senhora Engenheira Maria Helena Meira da Silva e Castro apresentou ao Conselho de Administração uma proposta para a nova arquitetura do sistema de bilhética.

O Conselho de Administração tomou a devida nota da referida apresentação da qual resulta um conjunto de observações, tendo deliberado mandar a Senhora

Engenheira Maria Helena Meira da Silva e Castro para preparar um documento propondo as medidas necessárias para colmatar as actuais deficiências no sistema de bilhética.

Ponto 3 e) - Documento técnico sobre o processo de repartição da receita no TIP_RR

No seguimento da apresentação da Senhora Engenheira Maria Helena Meira da Silva e Castro foi aprovado o documento técnico sobre o processo de repartição da receita no TIP_RR de 09 de outubro de 2013, em anexo, que especifica o trabalho desenvolvido pelas equipas internas do TIP e STCP e do consultor externo, Senhor Engenheiro Telmo Teixeira, da empresa B2F – BusinessToFuture.

Reunião de 13 de novembro de 2013 – Ata nº 99

Ponto 3 d) - Orçamento TIP para 2014

Foi deliberado enviar a proposta de orçamento à tutela, acompanhado de um capítulo de enquadramento elaborado à luz do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

A Administradora Delegada fez a apresentação da proposta de orçamento.

Reunião de 03 de dezembro de 2013 – Ata nº 100

Ponto 2 a) - Política Comercial TIP – Desconto Andante Pro

Nos termos da Nota Técnica n.º 47/13, de 20 de outubro de 2013, em anexo, foi ratificado o desconto a aplicar de 25% face ao custo normal da assinatura correspondente.

Ponto 2 b) - Prorrogação do prazo dos contratos celebrados entre o TIP e a CPCis

Nos termos do correio eletrónico de 20 de Novembro de 2013 em anexo, foi ratificada a prorrogação do prazo dos dois contratos celebrados com a CPCis – Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, SA, mais concretamente, o contrato para a prestação de serviços de manutenção dos equipamentos instalados nos postos de venda integrantes do sistema de bilhética intermodal gerido pelo TIP e o contrato para a prestação de serviços de gestão de rede de bilhética do TIP, incluindo

manutenção preventiva e corretiva, pelo período de um ano, com o seu termo a 31 de dezembro de 2014.

Ponto 4 d) - Orçamento TIP para 2014

O Conselho de Administração aprovou o orçamento TIP para 2014, conforme documento anexo.

Ponto 4 f) - Loja Andante da Maia

Nos termos da NT n.º 51/13, de 11 de novembro de 2013, em anexo, foi deliberado abrir uma Loja Andante no município da Maia. A questão do pessoal será estudada pela STCP e apresentada uma proposta ao TIP.

Ponto 4 h) - Comparticipações de títulos com tarifário social

Nos termos do NT n.º 52/13, de 11 de novembro de 2013 e do parecer do Gabinete Jurídico (GJ) que consta na mensagem de correio eletrónico datada de 13 de novembro de 2013, ambas em anexo, o Conselho de Administração mandou a Administradora Delegada, com o apoio do GJ, de enviar uma carta à DGTF- Direção Geral do Tesouro e Finanças, no sentido de clarificar o entendimento que o TIP está a seguir e a aplicar no cálculo das comparticipações devidas pelo Estado nos títulos com tarifário social, em concreto, do tarifário social andante e dos títulos 4_18 e sub_23.

Mais deliberou que deverá ser dado conhecimento da referida carta, à tutela, à IGF- Inspeção Geral de Finanças, ao IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes e à AMTP – Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto.

Ponto 4 i) - Concurso Público com Publicitação Internacional para Contratação de Apólices e Serviços de Seguro

Nos termos da NT n.º 58/13, de 02 de dezembro de 2013, em anexo, o Conselho de Administração ratificou o acordo celebrado em 05 de novembro de 2013, entre o MP, a STCP e o TIP, bem como aprovou o lançamento do Concurso Público com Publicitação Internacional para Contratação de Apólices e Serviços de Seguro, as peças do concurso e a nomeação do júri do concurso.

Ponto 4 j) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Nos termos da NT n.º 49/13, de 04 de novembro de 2013 e do parecer do Gabinete Jurídico que consta da mensagem de correio eletrónico de 29 de novembro de 2013, ambas em anexo, o Conselho de Administração deliberou que fossem abertas contas

no IGCP para depósito das receitas obtidas em revendedores, na Payshop, na SIBS e na venda de títulos e/ou suportes andante por requisições a empresas para disponibilização aos seus beneficiários.

Mais deliberou solicitar o regime de exceção junto do IGCP para todas as contas da TIP, bem como aprovou o procedimento de se transferir manualmente, pelo menos uma vez por semana, para conta do IGCP o saldo das contas do BCP n.º 45237175111 e n.º 45237175984, sendo posteriormente aprovada a conta do BCP n.º 45235413397, na medida das necessidades para proceder à gestão corrente de tesouraria.

6.3.2. Regulamentos Internos e Externos

- Sendo o TIP – Transportes Intermodais do Porto um agrupamento complementar de empresas (ACE), rege-se pelos seus estatutos e pelas normas gerais de enquadramento da atividade dos ACE: Lei n.º 4/73, de 04 de Junho, alterada pelo Decreto-Lei n.º 157/81, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de Março e Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto e ainda pelo Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, de 20 de Dezembro de 2002.
- Como empresa gestora do sistema de bilhética e tarifário intermodal na Área Metropolitana do Porto, está sujeita, em particular, ao cumprimento do disposto nos seguintes diplomas:
 - Decreto-Lei n.º 8/93 de 11 de Janeiro;
 - Protocolos do Tarifário Social celebrados com o Governo central.
- Adicionalmente a sua atividade enquadra-se também no âmbito de:
 - Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração Retificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março e alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro, pelo Decreto-lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 01 de Fevereiro de 2007 – Princípios do Bom Governo das empresas do setor empresarial do Estado.
- Em tudo o mais, o TIP obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor que lhe seja aplicável, bem como à observância dos normativos em vigor nas empresas que constituem este ACE.

6.3.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas

Entidade	Compras / Aquisição de Serviços	Vendas / Prestações de Serviços
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	3.206.570,00	780.920,00
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, SA	38.042.333,00	10.864.155,00
Metro do Porto, SA	35.994.420,00	1.658.725,00
Total	77.243.323,00	13.303.800,00
Valores em euros e com IVA excluído		

6.3.4. Informação sobre outras transações

1) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do artigo 11.º do Código dos Contratos Públicos, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças e nomeia o júri respetivo.

A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada pelo Conselho de Administração com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo posteriormente as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

2) Universo de transações fora das condições de mercado

Excecionalmente, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, nomeadamente nas situações de ausência de condições concorrenciais como as de direitos de propriedade intelectual ou industrial, poderá haver recurso ao ajuste direto a uma entidade.

3) Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE

Designação	Montante	Localidade
Novabase Business Solutions, SA	1.383.493,27	Lisboa
Payshop, SA	893.684,89	Lisboa
Randstad II - Prestação de Serviços, Lda	744.004,98	Lisboa
Metro do Porto, SA	570.294,08	Porto
Prosegur - Comp. De Segurança, Lda	542.466,62	Lisboa
STCP - Soc. Transportes Coletivos do Porto, SA	383.008,03	Porto
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	246.787,45	Lisboa
Total	4.763.739,32	

Valores em Euros e com IVA excluído

4) Contratação Pública

A 30 de setembro de 2013 foi lançado um concurso, utilizando a plataforma Vortal:

- Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Prestação de Serviços de Manutenção dos Equipamentos de Bilhética geridos pelos Transportes Intermodais do Porto, ACE.
 - O Concurso tem por objeto a realização dos serviços, trabalhos, fornecimentos e demais prestações necessárias, úteis ou convenientes para o bom funcionamento dos Equipamentos do Sistema de Bilhética geridos pelo TIP, instalados no TIP, no Sistema de Metro Ligeiro da Área Metropolitana do Porto (AMP), em Estações da CP nos eixos de comboios urbanos do Porto até Aveiro, Braga, Guimarães e Marco de

Canaveses e em viaturas e instalações de Operadores Rodoviários (STCP, Valpi, Resende, Maia Transportes, OFR/MGC, Pacense, Nogueira da Costa, ETG e Transportes Alternativos da Metro do Porto, S.A.).

- Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços
- Data do anúncio publicado em Diário da Republica: 26/09/2013

A 13 de dezembro de 2013 foi lançado um concurso, utilizando a plataforma Vortal:

- Concurso Público com Publicitação Internacional para Contratação de Apólices e Serviços de Seguro
 - O Concurso tem por objeto à Contratação de Apólices de Seguro que terão como tomadores a Metro do Porto, S.A., Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. e o TIP - Transportes Intermodais do Porto-A.C.E.
 - Tipo de Contrato: Aquisição de Serviços
 - Data do anúncio publicado em Diário da Republica: 13/12/2013

Análise de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental

As matérias que versam as atividades desenvolvidas pelo TIP em matéria de sustentabilidade económica, social e ambiental encontram-se referidas ao longo do presente relatório de gestão, pelo que neste ponto, sempre que possível, se efetua a remissão para o respetivo capítulo:

Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas:

Esta temática encontra-se desenvolvida **no ponto 6.3.1)** do presente capítulo **O TIP e os seus Acionistas – Missão, Visão e Política.**

Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade:

Este Agrupamento prossegue uma política económica de gestão integrada dos recursos do Sistema Intermodal Andante (SIA), do tarifário intermodal aplicável a todos os operadores aderentes, bem como da rede de vendas comum, desenvolvendo a sua atividade com um efetivo reduzido e com recurso a prestações de serviços externas em áreas especializadas, dentro dos princípios de racionalidade económica, financeira, social e ambiental e de salvaguarda de normas de qualidade.

Identificação dos principais riscos para a atividade e para o futuro da empresa

Sendo o TIP um agrupamento complementar de empresas, a sua existência e consequentes riscos para a sua atividade e para o seu futuro, são os inerentes a um ACE nos termos legalmente definidos, dependendo fortemente dos riscos e das opções estratégicas assumidos pelas suas agrupadas.

Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial

O TIP configura uma sociedade veículo criada pelas suas agrupadas, todas empresas de transporte coletivo de passageiros pertencentes ao Sector Empresarial do Estado, com o objetivo de implantar e gerir um sistema de bilhética intermodal comum às agrupadas, permitindo assim atingir níveis de eficiência económica que não seriam possíveis caso cada agrupada tivesse desenvolvido um sistema de bilhética próprio. O TIP viabilizou a criação de um sistema de bilhética comum, de um sistema tarifário comum e de uma rede de vendas comum às três empresas e a outros operadores que entretanto integraram o SIA, com a afetação dos seguintes recursos:

Máquinas de Venda Automática (MVAs)	290
Máquinas de Venda Manuais (Bilheteadoras)	75
Agentes de Venda	553
ATM (em todo o país)	aprox. 14.000
Máquinas Portáteis de Venda e Fiscalização	137
Máquinas Portáteis de Fiscalização	64
Validadores	1.975

Responsabilidade social

- Responsabilidade social interna:** nos termos do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 20 de dezembro de 2002 e conforme explicitado no ponto 5.2) do capítulo “O TIP e os seus Colaboradores”, o TIP não dispõe de quadro de pessoal próprio sendo a disponibilização de recursos humanos assegurada pelas agrupadas, pelo que os colaboradores do TIP se encontram abrangidos pelas políticas de responsabilidade social das respetivas empresas origem.

Do total dos 12 elementos em serviço neste ACE em 2013, 33% pertencem ao sexo feminino.

Ao longo do ano foram realizadas diversas ações de formação sobre os mais variados temas aos operadores que entretanto aderiram ao sistema intermodal Andante.

- Responsabilidade social externa:** Ao permitir-se ao Cliente viajar em diversos modos de transporte utilizando o mesmo título de transporte com a mesma tarifa, o TIP está inquestionavelmente a potenciar a eliminação de barreiras na mobilidade das populações servidas através da utilização do sistema intermodal:

Quadro Síntese de Evolução da Intermodalidade na AMP

	Validações Totais TP	Validações Intermodais	% Intermod. sobre total sistema	Nº Operadores Aderentes	Nº Linhas Integradas
2003	nd	6,67	nd	3	18
2004	nd	12,33	nd	7	30
2005	165,72	22,25	13%	7	57
2006	150,85	44,15	29%	7	65
2007	176,23	68,52	39%	7	99
2008	183,17	82,53	45%	7	99
2009	180,75	90,25	50%	7	99
2010	184,41	97,73	53%	7	98
2011	186,24	104,68	56%	9	102
2012	172,64	109,68	64%	11	130
2013	166,07	136,32	82%	11	134

Unidade: milhões de validações

O TIP, conforme inscrito na sua Visão, posiciona-se como o promotor da melhoria da mobilidade sustentada na AMP, nomeadamente em transporte público. Assim desencadeia ações no âmbito puramente intermodal e apoia, na esfera das suas competências, as políticas de sustentabilidade social da comunidade seguidas pelas três agrupadas.

As ações desencadeadas em 2013 encontram-se descritas nos **capítulos 2 e 4 do presente “Relatório de Gestão”**.

Desenvolvimento Sustentável

Criação de valor para o acionista:

Encontra-se descrita nos pontos “Evolução da Utilização do Sistema de Transportes Públicos na AMP” e “Atividade Comercial 2013”.

Promoção da proteção ambiental

A intermodalidade assume-se como um fator determinante no desenvolvimento da mobilidade sustentável.

O desenho de redes de transporte mais eficientes, articuladas entre si e orientadas em função do cliente permite a obtenção de ganhos significativos em matéria ambiental quando aliados a um sistema de bilhética e tarifário comuns.

Viabiliza-se assim uma redução do número de equipamentos instalados e do número de tipos de títulos em utilização.

Igualmente crucial revela-se a opção pela utilização de cartões recarregáveis que permite reduzir em larga escala a produção de resíduos que resultariam inevitavelmente da utilização de cartões descartáveis (1 só utilização).

Em termos médios mensais, em 2013, foram utilizados 620 mil cartões Andante azul tendo cada cartão sido utilizado no sistema intermodal, em média, 4,79 vezes por mês e contribuindo assim para uma considerável redução de resíduos produzidos, na ordem das 27,6 toneladas de resíduos de papel, que correspondem a uma poupança de cerca de 470 árvores e a cerca de 276.000 litros de água, evitados pelo facto de os cartões Andante serem recarregáveis.

Contribuição para a inclusão social

Encontra-se descrita no ponto “**Atividade Comercial 2013**”.

Serviço público e satisfação das necessidades da coletividade

O TIP, ao consubstanciar um agrupamento complementar de empresas que asseguram um serviço público de transporte público de passageiros nos modos ferroviários, metro e rodoviário, contribui indiretamente para esse mesmo serviço e para a satisfação das necessidades da coletividade servida pelas agrupadas.

Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa – investigação, inovação, desenvolvimento, integração de novas tecnologias no processo produtivo

Estas matérias encontram-se descritas no ponto “**Factos Relevantes em 2013**” deste documento.

Planos de ação para o futuro

Estas matérias encontram-se abordadas especificamente no capítulo “**Perspetivas para 2014**”.

6.3.5. Avaliação de cumprimento dos Princípios de Bom Governo

O TIP pauta a sua atividade pelo cumprimento dos Princípios de Bom Governo como se encontra explanado ao longo deste relatório.

6.3.6. Código de Ética e Conduta

Não dispondo o TIP diretamente de um Código de Ética e de Conduta, orienta a sua atividade em observância dos Códigos de Ética das suas agrupadas, na medida em que os colaboradores que lhe estão afetos pertencem ao respetivo quadro dos recursos humanos.

6.3.7. Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

A 16 de Abril de 2012 foi aprovado em Conselho de Administração do TIP o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE.

6.3.8. Sistema de Controlo

- Segregação de funções - As funções de fiscalização, devidamente segregadas das funções de administração executiva, foram asseguradas através de Fiscal Único, que acompanhou a atividade da empresa e emitiu os respetivos relatórios de controlo e fiscalização.
- As contas anuais foram objeto de Auditoria Externa, por empresa independente, que emitiu o respetivo relatório.
- Relativamente à componente de obrigação tarifária, protocolada pelos operadores aderentes ao sistema tarifário Andante com a DGTf no relativo ao Tarifário Social e com o IMTT, no relativo aos tarifários 4_18@escola.tp e

Sub_23@superior.tp, cuja gestão compete ao TIP, foi prestada a informação de controlo definida.

6.3.9. Prevenção de Conflitos de Interesse

Nos termos da RCM nº49/2007, iv), nº 22, nenhum dos membros dos órgãos sociais da empresa regista situações de conflitos de interesses, de participações no ACE, de relações relevantes com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócios passíveis de gerar conflitos de interesse.

6.3.10. Divulgação da Informação

No site da empresa

Toda a informação relativa ao funcionamento do sistema intermodal Andante é inserida no site www.linhandante.com mantendo-se a mesma sempre atualizada.

No site SEE

Processo a iniciar em 2014 em articulação com a DGTF.

7. Desempenho Económico e Financeiro

Introdução

O TIP, ACE é um agrupamento que tem como objeto a gestão de um sistema de bilhética comum aos operadores de transporte aderentes ao Sistema Intermodal Andante (SIA), nomeadamente as agrupadas CP – Caminhos de Ferro Portugueses, MP – Metro do Porto, STCP – Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, bem como os 8 Operadores de Transporte rodoviários privados.

O TIP é assim responsável, entre outras atividades, pela gestão da receita da venda de títulos e suportes intermodais, pelo processamento e repartição dessa receita de acordo com o modelo de repartição aprovado, pela aquisição de equipamentos e exploração dos equipamentos intermodais e pela gestão do sistema de informação aos clientes.

Para fazer face aos custos incorridos com as atividades acima referidas, são cobrados pelo TIP: comissão de rede de vendas de 2,5% aplicada sobre a receita objeto de repartição; *fee* de 1,5 cêntimos sobre cada validação de título de transporte intermodal e 0,75 cêntimos por cada validação monomodal; remuneração pela cedência de equipamentos aos operadores privados no âmbito dos contratos celebrados.

Embora o TIP, ACE venha apresentando EBITDA positivo e crescente nos últimos exercícios, mantém-se urgente a necessidade de equilibrar a tesouraria da empresa uma vez que os meios libertos são insuficientes para assegurar o volume de investimento realizado e, pela mesma razão, pelos investimentos que é necessário realizar no curto prazo para garantir a fiabilidade do sistema de bilhética intermodal.

Situação Patrimonial

BALANÇO	2011	2012	2013	Varição 2013/12
Activos Fixos Tangíveis	4.772.891	3.662.764	2.407.653	-34,3%
Activos Intangíveis	18.643	19.855	19.515	-1,7%
Inventários	548.129	434.753	289.646	-33,4%
Clientes	2.965.355	1.437.230	1.645.108	14,5%
Estado e outros entes públicos	587.343	801.670	248.445	-69,0%
Outras contas a receber	237.275	162.080	348.344	114,9%
Caixa e Depósitos Bancários	4.603.342	3.964.279	6.037.349	52,3%
Diferimentos	26.550	8.484	24.597	189,9%
Activo	13.759.528	10.491.115	11.020.656	5,0%
Capital realizado	30.000	30.000	30.000	0,0%
Resultados transitados	-3.894.582	-4.682.643	-5.412.129	15,6%
Subsídios ao investimento	1.571.458	1.046.842	523.088	-50,0%
Resultado líquido do período	-788.061	-729.486	236.103	-132,4%
Capital Próprio	-3.081.186	-4.335.287	-4.622.938	-6,6%
Passivo não corrente	2.235.412	1.626.691	1.005.695	-38,2%
Fornecedores	1.481.734	1.624.173	1.826.560	12,5%
Fornecedores de Investimentos	397.090	107.400	106.572	-0,8%
Estado e outros entes públicos	13.345	9.295	2.131	-77,1%
Financiamentos obtidos	590.423	607.022	618.465	1,9%
Outras contas a pagar	12.122.710	10.851.821	12.084.170	11,4%
Passivo	16.840.713	14.826.402	15.643.594	5,5%

[valores expressos em euros]

Registou-se em 2013 um nível de investimento marginal, de cerca de 110,8 milhares de euros, na sua maioria referente aos trabalhos de atualização de noteiros para aceitar a nova nota de 5 euros em circulação e substituição de monitores das Máquinas de Venda Automática de títulos intermodais.

Resultado deste investimento marginal e da depreciação contabilística dos equipamentos intermodais, regista-se uma redução de 34,1% do ativo não corrente.

No que respeita ao ativo corrente, regista-se um agravamento de 14,5% das dívidas de clientes (1.645,1 milhares de euros no final de 2013), na sua maioria justificada pela subida do valor em dívida da agrupada STCP.

Igual comportamento se registou na rubrica de Outras Contas a Receber, com um crescimento de 114,9% face ao ano transato, para um total no final do exercício de 348,3 milhares de euros.

Em sentido contrário, regista-se uma redução de 69,0% do valor a receber do Estado, resultado do reembolso em Janeiro de 2013 de 485,5 mil euros de pedidos de IVA pendentes no final do exercício de 2012.

A variação do saldo de Caixa e Depósitos à Ordem resulta de atrasos registados em dezembro de 2013 na entrega da receita repartida pelos operadores aderentes ao sistema intermodal.

A deterioração de 6,6% dos Capitais Próprios do TIP, ACE resulta do agravamento dos resultados transitados, parcialmente compensada pelos resultados líquidos do exercício positivos em 236.103 euros face ao prejuízo de 729.486 euros registado em 2012.

Procedeu-se, nos termos contratualmente previstos, à amortização de 609,6 milhares de euros da operação de locação financeira contratada em 2009 para financiamento da aquisição de equipamentos de bilhética, o que conduziu à redução de 27,3% do montante de financiamentos obtidos, considerando os passivos corrente e não corrente. No final do exercício de 2013, o valor em dívida desta operação ascende a 1,6 milhões de euros.

Ao nível do passivo corrente, regista-se uma subida de 11,4% da rubrica Outras Contas a Pagar, que ascende a 12,1 milhões no final de 2013 e é maioritariamente composta por receita intermodal repartida faturada ao TIP pelos operadores aderentes ao SIA. A subida verificada nesta rubrica resulta do já referido atraso ocorrido em dezembro de 2013 na entrega de receita repartida pelos operadores intermodais.

Regista-se ainda uma subida de 12,5% das dívidas a fornecedores correntes, permanecendo praticamente inalterado o valor em dívida a fornecedores de investimentos.

Resultados

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2011	2012	2013	Variação 2013/12
CMVMC	517.650	448.389	386.114	-13,9%
Fornecimentos e serviços externos	3.715.041	3.801.163	3.457.362	-9,0%
Gastos com o pessoal	433.617	442.115	589.907	33,4%
Outros gastos e perdas	10.014	48.167	17.334	-64,0%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	1.368.282	1.396.857	1.366.225	-2,2%
Juros e gastos similares suportados	185.140	205.361	162.392	-20,9%
Imposto sobre o rendimento do período	5.121	4.186	2.131	-49,1%
Gastos	6.234.867	6.346.240	5.981.466	-5,7%
Vendas e serviços prestados	4.856.322	5.084.505	5.690.610	11,9%
Outros rendimentos e ganhos	569.466	526.216	525.759	-0,1%
Juros e rendimentos similares obtidos	21.018	6.033	1.199	-80,1%
Rendimentos	5.446.805	5.616.754	6.217.568	10,7%
Resultado Líquido do Período	-788.061	-729.486	236.103	132,4%
EBITDA	180.999	346.170	1.241.893	258,8%

[valores expressos em euros]

Em 2013 o EBITDA foi positivo em 1.241,9 milhares de euros, representando uma subida de 895,7 milhares de euros em valor absoluto e de 258,8% face ao registado em 2012.

O Resultado Líquido do exercício melhorou 965,6 milhares de euros, passando de um valor negativo de 729,5 milhares de euros para um valor positivo de 236,1 milhares de euros.

Estas evoluções assentam na subida de 11,9% das Vendas e serviços prestados, para o que contribuem a subida das comissões cobradas pela gestão da rede de vendas dada a subida da receita repartida e das validações intermodais, bem como a subida dos proveitos de cedência de equipamento de bilhética.

Contribui ainda a redução de 9,0% nos custos com fornecimentos e serviços externos, para o que contribuiu:

- subida de 8,7% da rubrica subcontratos, referentes a serviços associados à gestão da rede de vendas, sendo a evolução resultado da subida de validações intermodais;

- descida de 27,5% na generalidade dos serviços especializados prestados por entidades externas.

Acentuou-se em 2013 a melhoria do grau de cobertura operacional, registando-se uma variação positiva face a 2012 de 20,6 p.p., traduzindo a cobertura dos Custos pelas Receitas diretamente relacionados com a atividade operacional do TIP.

	2011	2012	2013	Varição 2013/12
Custos Operacionais	4.676.323	4.739.835	4.450.717	-6,1%
Receitas Operacionais	4.857.322	5.086.005	5.692.610	11,9%
Grau de Cobertura Operacional	103,9%	107,3%	127,9%	20,6 pp

[valores expressos em euros]

Em sentido contrário, regista-se o aumento dos custos com pessoal em 33,4% resultado da reposição dos subsídios de férias e de Natal, conforme previsto na Lei de Orçamento de Estado para 2013 e em resultado da decisão do Tribunal Constitucional. Uma vez que não tinha sido contabilizado, em 2012, o subsídio de férias a pagar no corrente exercício, foram contabilizados em 2013 dois subsídios de férias.

A redução dos juros e gastos similares suportados em 20,9% resulta da redução do montante em dívida na operação de *leasing*, devida às amortizações contratualmente previstas.

7.1. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício, no valor de 236.102,68 euros (duzentos e trinta e seis mil, cento e dois euros e sessenta e oito cêntimos), seja integralmente transferido para a conta de Resultados Transitados.

Porto, 24 de março de 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Vogais:

PERSPETIVAS PARA 2014

Para 2014 destacam-se as principais ações:

- I. Sistema de Bilhética e Receita Intermodal:
 - a. Auditoria à base de dados do Computador Central de Bilhética;
 - b. Auditoria à base de dados do Histórico;
 - c. Desenvolvimento do novo Programa de Repartição da Receita;
 - d. Certificação do Programa de Repartição da Receita;
 - e. Transferência tecnológica do Sistema de Bilhética do fornecedor para o TIP;
 - f. Afetação dos meios adequados para a gestão operacional interna, quer através da equipa TIP, quer da prestação de serviços por parte das agrupadas;
 - g. Implementação das aplicações informáticas para a conferência da receita e comparação com a entrega de valores efetuada;
 - h. Introduzir melhorias nas ferramentas informáticas que permitam aumentar a eficiência na gestão operacional do SIA
- II. Modelo de Negócio do TIP:
 - a. Adequação do modelo de negócio do TIP e respetivo modelo de gestão.
- III. Alargamento do Sistema Intermodal Andante:
 - a. Clarificação das competências do TIP e da AMTP em matéria de operacionalização da integração de novas linhas no SIA;
 - b. Alargamento do SIA a toda a rede CP situada na sua área geográfica;
 - c. Revisão do zonamento intermodal numa lógica de simplificação para o cliente.
- IV. Canais de Venda:
 - a. Lançamento de concurso para prestação de serviços de agentes de venda, call center, recolha de dados, transporte de consumíveis e documentação e sua adjudicação;
 - b. Lançamento de concurso para prestação de serviços de recolha de valores, em toda a rede de vendas, e sua adjudicação;
 - c. Alargamento dos canais de venda;

- d. Melhoria das condições de funcionamento das Lojas Andante e Linhandante;
- e. Parceria com Carristur, através da revenda de títulos Tour;
- f. Redução de custos nas Lojas Andante;
- g. Abertura de uma Loja Andante na Maia.

V. Processos internos:

- a. Continuar a implementar as recomendações consideradas pertinentes exaradas no Relatório de Auditoria Interna realizada em 2011;
- b. Continuar a executar a gestão documental autónoma do TIP, com base na ferramenta Documentum;
- c. Garantir a permanente atualização do cadastro do sistema de bilhética;
- d. Gestão operacional dos fornecimentos e prestações de serviços contratualizados, com nomeação de um gestor por contrato e criação de base de dados de contratos que permita o acompanhamento formal dos mesmos.

VI. Gestão económica e financeira

- a. Dar rigoroso cumprimento às orientações tutelares no sentido da forte contenção de custos, consentânea com o previsto alargamento da atividade do ACE;
- b. Prosseguir uma política de investimentos, sob proposta devidamente fundamentada, ao Conselho de Administração.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2013



Balanço a 31 de Dezembro de 2013

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	31-12-2013	31-12-2012
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2.407.653	3.662.764
Ativos intangíveis	6	19.515	19.855
		2.427.168	3.682.619
Ativo corrente			
Inventários	7	289.646	434.753
Clientes	8	1.645.108	1.437.230
Estado e outros entes públicos	9	248.445	801.670
Outras contas a receber	10	348.344	162.080
Diferimentos	11	24.597	8.484
Caixa e depósitos bancários	4	6.037.349	3.964.279
		8.593.488	6.808.496
Total do ativo		11.020.656	10.491.115
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	12	30.000	30.000
Resultados transitados	12	(5.412.129)	(4.682.643)
Subsídios ao investimento	12	523.088	1.046.842
Resultado líquido do período		236.103	(729.486)
Total do capital próprio		(4.622.938)	(4.335.287)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	16	1.005.695	1.626.691
		1.005.695	1.626.691
Passivo corrente			
Fornecedores	13	1.826.560	1.624.173
Fornecedores de investimentos	15	106.572	107.400
Estado e outros entes públicos	9	2.131	9.295
Financiamentos obtidos	16	618.465	607.022
Outras contas a pagar	14	12.084.170	10.851.821
		14.637.899	13.199.710
Total do passivo		15.643.594	14.826.402
Total do capital próprio e do passivo		11.020.656	10.491.115

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos Resultados por Naturezas dos períodos de 2013 e 2012

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2013	2012
Réditos			
Vendas e serviços prestados	17	5.690.610	5.084.505
Outros rendimentos			
Outros rendimentos e ganhos	18	525.759	526.216
Gastos e perdas			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19	(386.114)	(448.389)
Fornecimentos e serviços externos	20	(3.457.362)	(3.801.163)
Gastos com o pessoal	21	(589.907)	(442.115)
Outros gastos e perdas	22	(17.334)	(48.167)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.765.652	870.886
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(1.366.225)	(1.396.857)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		399.427	(525.971)
Juros e rendimentos similares obtidos	23	1.199	6.033
Juros e gastos similares suportados	24	(162.392)	(205.361)
Resultado antes de impostos		238.234	(725.300)
Imposto sobre o rendimento do período	9	(2.131)	(4.186)
Resultado líquido do período		236.103	(729.486)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no Capital Próprio de 1 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2013

Unidade: **Euros**

			Capital realizado	Subsídios ao Investimento	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição em 01-01-2012	1		30.000	1.571.458	(3.894.582)	(788.061)	(3.081.186)
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados					(788.061)	788.061	0
Varição subsídios ao investimento				(524.615)			(524.615)
	2		0	(524.615)	(788.061)	788.061	(524.615)
Resultado Líquido do Período	3					(729.486)	(729.486)
Resultado Integral	4 = 2 + 3						(1.254.101)
Capital próprio em 31-12-2012	6	12	30.000	1.046.842	(4.682.643)	(729.486)	(4.335.287)
Alterações no Período:							
Aplicação dos resultados					(729.486)	729.486	0
Varição subsídios ao investimento				(523.754)			(523.754)
	7		0	(523.754)	(729.486)	729.486	(523.754)
Resultado Líquido do Período - 2013	8					236.103	236.103
Resultado Integral - 2013	9 = 7 + 8						(287.651)
Capital próprio em 31-12-2013	10	12	30.000	523.088	(5.412.129)	236.103	(4.622.938)

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2013 e 2012

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos períodos de 2013 e 2012

Valores em Euros

RUBRICAS	Notas	2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		5.482.731	6.612.630
Pagamentos a fornecedores		(3.126.698)	(4.285.646)
Pagamentos ao pessoal		(548.380)	(445.457)
Caixa gerada pelas operações		1.807.654	1.881.526
Recebimento/ (pagamentos) do imposto sobre o rendimento		1.112	1.478
Outros recebimentos/pagamentos		(142.103)	(37.827)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.666.662	1.845.178
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		(97.907)	(792.810)
Ativos intangíveis		(13.689)	(12.196)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(111.596)	(805.006)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outras operações de financiamento		1.199	6.033
Recebimentos a transferir para os operadores		80.595.562	64.823.770
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		(740.071)	(730.685)
Pagamentos efetuados aos operadores		(79.302.485)	(65.705.286)
Juros e gastos similares		(32.013)	(67.947)
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		(4.186)	(5.121)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		518.005	(1.679.235)
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2.073.071	(639.063)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3.964.279	4.603.342
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	6.037.349	3.964.279

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

do período findo em 31 de Dezembro de 2013

(valores expressos em euros)

1. INTRODUÇÃO

O TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E., com sede na Avenida Fernão de Magalhães, nº 1862 – 9º, 4350-158 Porto, foi constituído por escritura pública em 20 de Dezembro de 2002, consistindo a sua atividade principal a implementação e gestão de um sistema de bilhética de transportes na área metropolitana do Porto.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24 de março de 2014. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Agrupamento, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do SNC, emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2013, de acordo com o princípio do custo histórico, sendo supletivamente adotadas disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) e respetivas interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para NCRF e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização. Os gastos financeiros incorridos na construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	N.º de anos
Equipamento básico	8
Equipamento administrativo	8

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando

necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado pelo mais elevado valor entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

3.2. Inventários

As mercadorias correspondem na sua totalidade a títulos de transporte e encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

As perdas previstas na realização dos inventários são objeto de ajustamento.

3.3. Imposto sobre o rendimento

Nos termos do n.º 2 do artigo 6º do Código do IRC, os Agrupamentos Complementares de Empresas estão abrangidos por um regime fiscal especial, nomeadamente o Regime de Transparência Fiscal, sendo os prejuízos do período, apurados nos termos do referido Código, imputados diretamente aos respetivos membros na proporção da sua parcela no capital social do A.C.E.

Apesar do Agrupamento estar abrangido pelo regime de transparência fiscal, nos termos do artigo 6º do Código do IRC, foi efetuado o cálculo das tributações autónomas relativamente ao período de 2013, conforme o disposto no artigo 88º do Código do IRC.

3.4. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de “Clientes e Outras contas a receber” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidades em dívidas – a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5. Subsídios e apoios do Governo

O ACE reconhece os subsídios recebidos da União Europeia inicialmente na rubrica de capital próprio “Subsídios ao investimento”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base sistemática em função da amortização do respetivo ativo tangível.

3.6. Locações

Os contratos de locação relativamente aos quais o ACE assume substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como ativo e passivo, pelo menor entre o justo valor do bem e o valor atual das rendas de locação vincendas. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos Resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos adquiridos em locação financeira são amortizados de acordo com a política estabelecida pelo ACE para os ativos fixos tangíveis.

3.7. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. Segundo o referido princípio contabilístico, as diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são sempre reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

3.8. Rédito

a) Venda de bens

Os rendimentos gerados pela venda de títulos de viagem (suporte) são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

b) Serviços prestados

Os rendimentos gerados pela Comissão de Validação (0,015 euros/validação no caso dos títulos intermodais e 0,0075 euros/validação no caso dos títulos monomodais) são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

Os proveitos gerados pela Comissão de Rede de Vendas (2,5% da receita obtida por cada operador) são registados mensalmente, de acordo com as informações obtidas no sistema de bilhética.

3.9. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do ACE são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa, para efeitos de relato financeiro, difira dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.9.1 Provisões

O ACE analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.9.2 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do ACE.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2013, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2013	2012
Depósitos bancários	5.540.107	3.512.494
Caixa	497.242	451.784
Caixa e equivalentes de caixa	6.037.349	3.964.279

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2012

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2012				
Custo de Aquisição	5.998	11.060.998	292.540	11.359.536
Depreciações acumuladas	(5.202)	(6.324.948)	(256.495)	(6.586.645)
Valor líquido	796	4.736.050	36.045	4.772.891
Variação do período				
Adições	0	245.234	31.982	277.216
Abates	0	(1.570)	0	(1.570)
Depreciação – período	(531)	(1.356.058)	(29.273)	(1.385.862)
Depreciação - abates	0	89	0	89
Valor líquido	(531)	(1.112.305)	2.709	(1.110.126)

31 de Dezembro de 2012

Custo de Aquisição	5.998	11.304.661	324.522	11.635.181
Depreciações acumuladas	(5.733)	(7.680.916)	(285.767)	(7.972.416)
Valor líquido	265	3.623.745	38.755	3.662.765

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis – 2013

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento Administrativo	Total
1 de Janeiro de 2013				
Custo de Aquisição	5.998	11.304.661	324.522	11.635.181
Depreciações acumuladas	(5.733)	(7.680.916)	(285.767)	(7.972.416)
Valor líquido	265	3.623.745	38.755	3.662.765
Varição do período				
Adições	647	57.809	38.623	97.079
Abates	0	0	0	0
Depreciação – exercício	(373)	(1.312.354)	(39.463)	(1.352.190)
Depreciação - abates	0	0	0	0
Valor líquido	274	(1.254.545)	(841)	(1.255.111)
31 de Dezembro de 2013				
Custo de Aquisição	6.645	11.362.471	363.145	11.732.260
Depreciações acumuladas	(6.106)	(8.993.270)	(325.231)	(9.324.606)
Valor líquido	539	2.369.200	37.914	2.407.654

No período findo em 31 de Dezembro de 2013 o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é o seguinte:

	2013	2012
Valor bruto	4.409.505	4.409.505
Depreciações acumuladas	(3.783.760)	(3.243.395)
	625.745	1.166.110

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2012

	Outros ativos Intangíveis	Total
1 de Janeiro de 2012		
Custo de Aquisição	27.900	27.900
Amortizações acumuladas	(9.257)	(9.257)
Valor líquido	18.643	18.643
Varição do período		
Adições	12.208	12.208
Amortizações – período	(10.995)	(10.995)
Valor líquido	1.212	1.212
31 de Dezembro de 2012		
Custo de Aquisição	40.108	40.108
Amortizações acumuladas	(20.253)	(20.253)
Valor líquido	19.855	19.855

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis – 2013

	Outros ativos Intangíveis	Total
1 de Janeiro de 2013		
Custo de Aquisição	40.108	40.108
Amortizações acumuladas	(20.253)	(20.253)
Valor líquido	19.855	19.855
Varição do período		
Adições	13.695	13.695
Amortizações – exercício	(14.035)	(14.035)
Valor líquido	(340)	(340)
31 de Dezembro de 2013		
Custo de Aquisição	53.802	53.802
Amortizações acumuladas	(34.288)	(34.288)
Valor líquido	19.515	19.515

7. INVENTÁRIOS

A totalidade das existências registadas no final do período ascende ao montante de 289.646 euros (434.753 euros em 2012) e encontra-se em poder de terceiros.

8. CLIENTES

No período findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de Clientes (saldos correntes), representa-se como segue:

	2013	2012
Clientes – Entidades públicas	679.662	796.894
Clientes – Entidades não públicas	965.447	640.336
Total Clientes	1.645.108	1.437.230

Nessas datas os saldos mais significativos de clientes referem-se às seguintes entidades:

	2013	2012
STCP Soc.Transp.Colectivos do Porto, SA	614.828	318.958
CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (U.S.G.P.)	500.494	468.487
Metro do Porto, SA	221.311	290.391
Prometro, SA	95.147	0
PSP - Direcção Nacional	38.438	57.720
Direcção Geral da Admnist. da Justiça	36.621	151.367
Alternância-Ensino e Formação Profissional	18.015	15.633
Município do Porto	11.374	24.513
Polícia Judiciária	10.800	6.470
Outras dívidas de clientes	98.081	103.689
Total Clientes	1.645.108	1.437.230

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos da rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava-se como segue:

	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IVA– Reembolsos pedidos			485.478	
IVA– A recuperar	243.262		309.801	
IRC – Retenções na fonte a receber	4.883		4.883	
IRC – Retenções na fonte (por terceiros)	300		1.508	
IRS/IRC – Retenções na fonte (a terceiros)				5.109
IRC – Tributações autónomas		2.131		4.186
	248.445	2.131	801.670	9.295

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos mais significativos da rubrica “Outras contas a receber” apresenta-se como segue:

	2013	2012
Acréc. rendimento-Vandalismo a cargo do operador	123.557	0
Operadores receita distribuída	61.501	61.501
Operadores conta corrente	34.100	34.100
Acréc. rendimento-Comissões Ativ. Intermodal	7.256	22.346
Outros acrésc. rendimentos	121.929	44.132
Total de contas a receber de clientes	348.344	162.080

11. DIFERIMENTOS

O saldo da rubrica «Diferimentos» em 31 de Dezembro de 2013 refere-se exclusivamente a “Outros gastos a reconhecer” no montante de 24.597 euros (8.484 euros em 2012).

12. CAPITAL

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social do Agrupamento, encontrava-se totalmente subscrito e realizado. Ascende ao montante de 30.000 euros divididos em três parcelas iguais unitárias no valor de 10.000 euros.

Resultados Transitados

A rubrica “Resultados Transitados” contempla a aplicação dos sucessivos resultados líquidos do Agrupamento, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Agrupados. A importância acumulada nesta rubrica é, em 31 de Dezembro de 2013, de -5.412,129 Euros [-4.682.643 Euros em 2012].

Subsídios ao investimento

A rubrica “Subsídios ao investimento” é composta por fundos comunitários com origem no FEDER.

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 foram os seguintes:

	Notas	Montante
1 de Janeiro de 2012		1.571.458
Regularizações por resultados	18	-524.615
31 de Dezembro de 2012		1.046.842
Regularizações por resultados	18	-523.754
31 de Dezembro de 2013		523.088

Resultado Líquido do Período

Os movimentos ocorridos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 na rubrica “Resultado líquido do período” foram os seguintes:

	Montante
1 de Janeiro de 2012	(788.061)
Aplicação dos resultados	788.061
Resultado do período	(729.486)
31 de Dezembro de 2012	(729.486)
Aplicação dos resultados	729.486
Resultado do período	236.103
31 de Dezembro de 2013	236.103

13. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos mais significativos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

	2013	2012
Metro do Porto, S.A.	632.672	271.335
STCP - Soc. Transp. Colectivos Porto, S.A.	411.453	242.980
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	178.679	328.930
Randstad II - Prestação de Serviços, Lda.	125.257	205.710
Octal -Eng. de Sistemas, SA	111.756	151.274
Novabase Business Solutions, SA	106.464	120.947
PROSEGUR - COMP. DE SEGURANÇA, LDA.	80.271	37.946
Outras dívidas a fornecedores	180.008	265.050
	1.826.560	1.624.173

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar (Saldo corrente) é o seguinte:

	2013	2012
Outros credores		
Credores diversos i)	12.006.454	10.787.644
Acréscimos de gastos		
Remunerações	77.588	30.952
Outros	128	33.224
	12.084.170	10.851.821

i) Outros credores – esta rubrica refere-se maioritariamente aos montantes faturados pelos operadores de transporte aderentes à intermodalidade.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos mais significativos desta rubrica referem-se às seguintes entidades:

	2013	2012
Metro do Porto, SA	6.522.826	6.218.719
Receita a repartir	2.263.137	2.568.878
STCP - Soc. Transp. Colectivos Porto, S.A.	2.098.539	1.323.020
Empresa Transp. Gondomarense, Lda.	284.303	176.609
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.	262.489	228.386
Resende, SA	217.844	72.831
Valpi-Alberto Pinto & Filhos, Trants.Rodov., SA	115.102	18.992
J.Espirito Santo & Irmãos, Lda	103.015	0
Outros credores	216.917	244.385
Total saldo corrente - Outras contas a pagar	12.084.170	10.851.821

A rubrica “Receita a Repartir” corresponde, essencialmente, à diferença entre os montantes de receita arrecadados nos diversos pontos de venda do título intermodal Andante e os valores de repartição da receita aos Operadores Aderentes ao Acordo Intermodal Andante.

15. FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos mais significativos de fornecedores de investimentos referem-se às seguintes entidades:

	2013	2012
Octal -Eng. de Sistemas, SA	59.461	73.160
STCP - Soc. Transp. Colectivos Porto, S.A.	32.574	25.200
Refertelecom	8.512	0
Card4B - Systems, S.A.	4.828	0
ALTRONIX - Sistemas Electrónicos Unip., Lda.	982	8.764
Outros	217	277
	106.572	107.400

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo e natureza, são os seguintes:

	2013			2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Locação Financeira	618.465	1.005.695	1.624.161	607.022	1.626.691	2.233.713
Total	618.465	1.005.695	1.624.161	607.022	1.626.691	2.233.713

O financiamento está negociado em euros e vence juros a taxa variável.

Os bens utilizados pelo ACE em regime de locação financeira são equipamentos de bilhética, os quais se encontram registados no ativo pelo valor bruto de 4.409.505 euros. No final do período o montante em dívida associado a este contrato era de 1.624.161 euros (2.233.713 euros em 2012).

17. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O valor das vendas e dos serviços prestados reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	2013	2012
Prestação de serviços – Ambito intermodal	4.483.518	3.948.170
Vendas mercadorias – Títulos	1.071.856	1.136.334
Prestação de serviços – Ambito monomodal	135.236	0
Vendas e serviços prestados	5.690.610	5.084.505

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” apresenta o seguinte detalhe:

	Notas	2013	2012
Imputação de subsídios ao investimento	12	523.754	524.615
Outros		2.005	1.601
Outros rendimentos e ganhos		525.759	526.216

19. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas é o seguinte:

	2013	2012
Existências iniciais	434.753	548.129
Compras	241.007	335.013
Existências finais	-289.646	-434.753
Gasto do período	386.114	448.389

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2013	2012
Subcontratos	1.895.576	1.743.108
Serviços especializados	1.255.175	1.731.615
Serviços diversos	260.649	272.214
Outros	45.962	54.226
Fornecimentos e serviços externos	3.457.362	3.801.163

A rubrica “Subcontratos” refere-se fundamentalmente a encargos com a rede de vendas Andante designadamente:

- Comissões de processamento de pagamentos: 703.254 euros (510.062 euros em 2012);
- Transporte e tratamento de valores: 559.223 euros (524.233 euros em 2012);
- Recursos humanos: 510.764 euros (544.571 euros em 2012).

A rubrica “Serviços especializados” corresponde, essencialmente, a encargos com conservação e reparação de equipamentos de bilhética, 984.234 euros (1.423.174 euros em 2012) e trabalhos especializados de diversas entidades, 269.704 euros (304.008 euros em 2012).

21. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal, incorridos durante os períodos de 2013 e 2012, foram os seguintes:

	2013	2012
Remunerações		
Órgãos sociais	45.853	50.150
Pessoal	424.328	322.914
	470.181	373.064
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	106.174	54.427
Custos de ação social	2.110	5.183
Outros	11.442	9.441
	119.726	69.051
Gastos com o pessoal	589.907	442.115

O número médio de colaboradores do ACE em 2013 foi de 12 (12 em 2012), conforme se segue:

- Pertencentes ao quadro de pessoal da Metro do Porto 8 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da STCP 2 pessoas
- Pertencentes ao quadro de pessoal da CP 2 pessoas

22. OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe dos “Outros gastos e perdas” dos períodos de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Multas e penalidades	6.399	5.679
Impostos e taxas	394	1.456
Outros	10.541	41.033
Outros gastos e perdas	17.334	48.167

23. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo da rubrica «Juros e rendimentos similares obtidos» em 31 de Dezembro de 2013 refere-se exclusivamente a juros de depósitos no montante de 1.199 euros (6.033 euros em 2012).

24. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O detalhe dos “Juros e gastos similares suportados” dos períodos de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Gastos com serviços bancários	130.512	138.563
Juros de financiamentos obtidos	31.870	66.792
Outros	9	6
	162.392	205.361

25. PARTES RELACIONADAS

Transações entre partes relacionadas

Empresas agrupadas:

CP Comboios de Portugal E.P.E.

Metro do Porto, S. A.

STCP-Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S. A.

Transações e saldos pendentes

Durante o período, o A.C.E. efetuou as seguintes transações com entidades agrupadas:

	2013	2012
Prestação de Serviços		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	780.920	486.481
Metro do Porto, S. A.	1.658.725	1.851.732
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	10.864.155	13.370.428
	13.303.799	16.068.640
Aquisição de Serviços (incl receita)		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	3.206.570	2.826.981
Metro do Porto, S. A.	35.994.420	35.774.759
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	38.042.333	41.802.658
	77.243.323	80.434.398

No final do período de 2013 e 2012, os saldos resultantes de transações efetuadas com entidades agrupadas são como se segue:

	2013	2012
Saldos devedores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	500.494	468.487
Metro do Porto, S. A.	221.311	290.391
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	614.828	318.958
	1.336.633	1.077.836
Saldos credores		
CP Comboios de Portugal E.P.E.	441.168	557.316
Metro do Porto, S. A.	7.155.498	6.490.055
STCP-Soc. Transp. Colectivos do Porto	3.119.559	1.591.200
	10.716.225	8.638.571

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social

Não existem.

Remuneração do Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único foi, durante o período de 2013, de 4.500 euros, (4.556 euros em 2012).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nada de relevante.

ANEXOS



Informação Estatística Relevante

Quantidade Vendida Cartões c/ utilização intermodal	2011	2012	2013	Δ 12/13
Andante Gold TIP	41.553	79.216	63.689	-19,6%
Andante Gold 4_18	17.225	9.667	6.688	-30,8%
Andante Gold Sub23	15.032	5.261	4.744	-9,8%
Personalização Funcionário/Familiar STCP	1.366	1.451	119	-91,8%
Personalização STCP	16.262	2.478	1.187	-52,1%
Total PVC	91.438	98.073	76.427	-22,1%
Cartão Andante CTS TIP	1.736.739	1.486.592	1.528.155	2,8%
Total	1.828.177	1.584.665	1.604.582	1,3%

Receita da venda de suportes para utilização intermodal (por ano de cobrança)	2011	2012	2013	Δ 12/13
Andante Gold TIP	198.405,35 €	383.805,50 €	309.467,10 €	-19,4%
Andante Gold 4_18	37.295,00 €	21.762,50 €	14.692,50 €	-32,5%
Andante Gold Sub23	32.800,00 €	11.077,50 €	7.702,50 €	-30,5%
Personalização Funcionário/Familiar STCP	- €	- €	- €	
Personalização STCP	77.325,50 €	11.165,00 €	5.745,00 €	-48,5%
Total PVC	345.825,85 €	427.810,50 €	337.607,10 €	-21,1%
Cartão Andante CTS TIP	866.939,40 €	742.468,00 €	763.169,30 €	2,8%
Total	1.212.765,25 €	1.170.278,50 €	1.100.776,40 €	-5,9%

Carregamentos por tipo de título *				
Título de Transporte	2011	2012	2013	Δ 12/13
Títulos de Viagem	21.863.402	22.365.798	26.584.134	18,9%
Andante 24	87.670	83.501	74.541	-10,7%
Andante Tour 1	109.211	43.672	44.002	0,8%
Andante Tour 3	29.179	25.170	26.795	6,5%
Total Títulos Ocasionais	22.089.462	22.518.141	26.729.472	18,7%
Assinatura Normal	629.133	572.008	666.510	16,5%
Normal M		584		
Assinatura 4_18	237.467	162.156	92.837	-42,7%
Assinatura Júnior	3.783	6.337	10.255	61,8%
Assinatura Estudante	68.904	158.134	307.621	94,5%
Assinatura 3ª Idade	89.869	113.557	243.337	114,3%
Assinatura Ref. / Pens.	7.703	5.394	3.117	-42,2%
Assinatura Sub23	216.419	129.717	66.075	-49,1%
Social +	39.032	165.152	246.353	49,2%
Assinatura 10/16	98			
Assinatura P&R	1.448	1.197	984	-17,8%
Total Títulos Assinatura	1.293.856	1.314.236	1.637.089	24,6%
TOTAL GERAL	23.383.318	23.832.377	28.366.561	19,0%

* Dados referentes a carregamentos efetuados no ano civil (1 Jan a 31 Dez)

Receita de carregamentos de títulos por tipo de título *				
Título de Transporte	2011	2012	2013	Δ 12/13
Títulos de Viagem	25.456.546,50 €	28.727.185,90 €	34.562.744,65 €	20,3%
Andante 24	376.398,15 €	375.291,55 €	348.597,70 €	-7,1%
Andante Tour 1	614.327,80 €	305.192,95 €	307.770,85 €	0,8%
Andante Tour 3	357.333,10 €	377.397,60 €	401.694,50 €	6,4%
Total Títulos Ocasionais	26.804.605,55 €	29.785.068,00 €	35.620.807,70 €	19,6%
Assinatura Normal	20.137.020,25 €	20.422.322,75 €	23.762.390,40 €	16,4%
Normal M		19.898,60 €		
Assinatura 4_18	3.428.197,75 €	3.413.325,20 €	1.625.979,35 €	-52,4%
Assinatura Júnior	83.497,80 €	154.498,00 €	250.463,65 €	62,1%
Assinatura Estudante	1.721.510,10 €	4.374.124,95 €	8.518.103,44 €	94,7%
Assinatura 3ª Idade	1.634.622,80 €	2.936.008,75 €	6.441.547,45 €	119,4%
Assinatura Ref. / Pens.	142.928,45 €	140.453,90 €	82.900,25 €	-41,0%
Assinatura Sub23	3.743.511,30 €	3.299.614,35 €	1.129.497,40 €	-65,8%
Social +	1.040.117,95 €	4.471.271,50 €	6.598.740,60 €	47,6%
Assinatura 10/16	2.071,70 €			
Assinatura P&R	24.174,00 €	19.975,00 €	16.507,00 €	-17,4%
Total Títulos Assinatura	31.957.652,10 €	39.251.493,00 €	48.426.129,54 €	23,4%
TOTAL GERAL	58.762.257,65 €	69.036.561,00 €	84.046.937,24 €	21,7%

* Dados referentes à quantidade carregada no ano civil (1 Jan a 31 Dez), independentemente do período de validade do título

Receita da venda de suportes e de carregamentos por canal				
	2011	2012	2013	Δ 12/13
MVAs rede MP	29.772.677,55 €	32.332.453,95 €	31.987.454,00 €	-1,1%
PayShop	15.610.286,60 €	20.377.239,45 €	34.256.857,15 €	68,1%
Lojas Andante	7.854.144,50 €	8.913.709,55 €	9.529.657,50 €	6,9%
CP Porto	3.208.244,80 €	3.028.842,55 €	3.267.972,15 €	7,9%
MVAs rede CP	651.247,90 €	2.013.374,55 €	2.163.902,05 €	7,5%
STCP	1.640.678,15 €	1.777.423,15 €	1.323.994,39 €	-25,5%
SIBS	1.078.625,00 €	1.524.219,60 €	1.830.530,10 €	20,1%
Privados	77.743,80 €	144.778,85 €	229.759,50 €	58,7%
Revendedores	81.374,60 €	94.797,85 €	557.586,80 €	488,2%
TOTAL	59.975.022,90 €	70.206.839,50 €	85.147.713,64 €	21,3%

Validações por tipo de título				
Título de Transporte	2011	2012	2013	Δ 11/12
Títulos de Viagem	29.450.308	30.284.916	34.668.761	14,5%
Andante 24	349.222	410.572	340.960	-17,0%
Andante Tour 1	591.441	278.142	241.447	-13,2%
Andante Tour 3	367.228	283.537	310.141	9,4%
Total Títulos Ocasionais	30.758.199	31.257.167	35.561.309	13,8%
Assinatura Normal	40.197.019	35.184.751	41.651.398	18,4%
Normal M		33.532		
Assinatura 4_18	11.205.406	6.367.063	4.970.347	-21,9%
Assinatura Júnior	136.110	221.460	399.141	80,2%
Assinatura Estudante	4.065.416	8.236.304	16.108.384	95,6%
Assinatura 3ª Idade	5.318.774	6.570.457	14.906.120	126,9%
Assinatura Ref. / Pens.	636.698	484.585	263.901	-45,5%
Assinatura Sub23	9.859.746	5.621.200	3.271.035	-41,8%
Assinatura 10/16	5.005			
Social +	2.537.344	11.391.495	19.188.671	68,4%
Total Títulos Assinatura	73.961.518	78.419.993	100.758.997	28,5%
TOTAL GERAL	104.719.717	109.677.160	136.320.306	24,3%

Rácio Receita Total por Validação (RTV) com receita de cartões por tipo de título

Título de Transporte	2011	2012	2013
Total Títulos Ocasionais	0,90 €	0,98 €	1,16 €
Total Títulos Assinatura	0,44 €	0,51 €	0,48 €

Rácio Receita Total por Validação (RTV) sem receita de suportes por tipo de título

Título de Transporte	2011	2012	2013
Títulos de Viagem	0,86 €	0,95 €	1,00 €
Andante 24	1,08 €	0,91 €	1,02 €
Andante Tour 1	1,04 €	1,10 €	1,27 €
Andante Tour 3	0,97 €	1,33 €	1,30 €
Total Títulos Ocasioneis	0,87 €	0,95 €	1,00 €
Assinatura Normal	0,50 €	0,58 €	0,57 €
Normal M		0,59 €	
Assinatura 4_18	0,31 €	0,40 €	0,33 €
Assinatura Sub23	0,38 €	0,50 €	0,35 €
Assinatura Júnior	0,61 €	0,70 €	0,63 €
Assinatura Estudante	0,42 €	0,53 €	0,53 €
Assinatura 3ª Idade	0,31 €	0,45 €	0,43 €
Assinatura Ref. / Pens.	0,22 €	0,29 €	0,31 €
Social+	0,41 €	0,36 €	0,34 €
Assinatura 10/16	0,41 €		
Total Títulos Assinatura	0,43 €	0,50 €	0,48 €

Rácio Validações por nº cartões utilizados (VA)

Título de Transporte	2011	2012	2013
Títulos de Viagem	1,35	1,35	1,30
Andante 24	3,98	4,92	4,57
Andante Tour 1	5,42	6,37	5,49
Andante Tour 3	12,59	11,26	11,57
Total Títulos Ocasioneis	1,39	1,39	1,33
Assinatura Normal	63,89	61,51	62,49
Normal M		57,42	
Assinatura 4_18	47,19	52,72	53,54
Assinatura Júnior	35,98	34,95	38,92
Assinatura Estudante	59,00	52,08	52,36
Assinatura 3ª Idade	59,18	57,86	61,26
Assinatura Ref. / Pens.	82,66	89,84	84,67
Assinatura Sub23	45,56	51,04	49,50
Assinatura 10/16	51,07		
Social +	65,01	75,81	77,89
Total Títulos Assinatura	57,16	59,67	61,55

Curricula Vitae dos Membros do Conselho de Administração

Presidente – Cristina Maria dos Santos Pinto Dias

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa
- Mestre em Economia e Política da Energia e do Ambiente (ISEG)
- Pós-graduada em “Competitiveness of the European Railways” no European Training Centre Railways (ETCR)
- Pós-graduada em “Altos Estudos de Transportes” pelo Instituto Superior de Transportes (IST)

Experiência Profissional:

- Vice-Presidente da Comboios de Portugal, EPE, desde 22 de Fevereiro de 2013
- Presidente da EMEF, Empresa de Manutenção de equipamento Ferroviário, S.A., desde Março de 2013
- Presidente nos Transportes Intermodais do Porto, TIP, ACE, desde Abril de 2013
- Administradora da Comboios de Portugal, EPE, desde 18 de Junho de 2010, a 21 de Fevereiro de 2013, conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2010, de 17 de Junho, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 126, de 1 de Julho de 2010
- Administradora nos Transportes Intermodais do Porto, TIP, ACE, desde Julho de 2010 a Março de 2013
- Administradora na OTLIS, ACE, desde Julho de 2010
- Diretora de Direção na Comboios de Portugal, EPE desde 18 de Fevereiro de 2005 a 17 de Junho de 2010, com responsabilidade pelas áreas de Desenvolvimento Organizacional, Gestão da Mudança, Qualidade e Ambiente
- Membro do Conselho de Administração da Comissão Instaladora da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa
- Membro da Comissão de Acompanhamento do projeto Metro Sul do Tejo
- Membro da Comissão de Acompanhamento do projeto Metro Ligeiro de Superfície na Circular Externa Algés – Falagueira

- Assessora do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação do XV Governo Constitucional – Professor Doutor António Pedro de Carmona Rodrigues – para as áreas de Economia, Finanças e dos Transportes
- Diretora do Departamento de Análise e Regulação Económica no ex-INTF
- Chefe de serviço pela Área de Gestão no Gabinete de Auditoria Interna da CP
- Auditora na área de Gestão na CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.
- Docente na pós-graduação de Leadership & Management no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Habilitações Académicas:

- Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa
- Pós-graduação na Universidade de PARIS XIII com o *Certificat d'Aptitude a l'Administration des Entreprises (diplôme d'Etat)*
- *Master of Business Administration* (MBA) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto
- Mestre em Métodos Quantitativos de Gestão pela Escola de Gestão da Universidade do Porto
- Doutorando em Gestão Industrial na Universidade de Aveiro
- Diploma do Curso de Alta Direção "*Driving Government Performance in Portugal*", Jonh F. Kennedy School of Government da Universidade de Harvard
- Certificado do Instituto Nacional de Administração "*Negotiation And Influence Strategies For Portuguese Executives*"

Experiência Profissional:

- Presidente Executivo do Conselho de Administração da Metro do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração não Executivo da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica)
- Direção de projetos de internacionalização
- Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP -Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Consultor de alta direção em diversas empresas (gestão estratégica)
- Direção de projetos de internacionalização
- Consultor para as Áreas do Ambiente (águas e saneamento e resíduos sólidos urbanos e industriais) na EURISCO, S.A. (Grupo AEP)
- Consultor no desenvolvimento de projeto de relocalização Industrial com a Roland Berger & Partners, na Law Gibb, S.A.

- Consultor da RAR - Sociedade de Controlo (Holding), S.A.
- Administrador Delegado da SET - Serviços e Tecnologias, S.A. (GRUPO RAR)
- Administrador Executivo da RAR AMBIENTE, S.A.
- Administrador da NUTRIGER, SGPS, S.A.
- Administrador da CLIMAESPAÇO - Sociedade de Produção e Distribuição de Energia Térmica Urbana, S.A.
- Diretor da RAR – Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Administrador Executivo da GROWELA Cabo Verde, SARL
- Membro da Mesa da Assembleia Geral da RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Imperial - Produtos Alimentares, S.A.
- Diretor Administrativo e Financeiro da MOLIN - Materiais de Desenho de Mário Lino, LDA.
- Administrador Executivo da MOLIN SOUTH ÁFRICA, S.A.
- Administrador Executivo da MOLIN U.K., S.A.
- Professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Instituto Politécnico Porto
- Diretor do Mestrado em Logística da Associação de Politécnicos do Norte

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto
- Programa de Gestão Avançada da Escola de Gestão do Porto (EGP)

Experiência Profissional:

- Administrador da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP -Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Controller na Mota-Engil SGPS,SA
- Administrador da Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika, SA
- Administrador da Mota-Engil Engineering, SA
- Gerente da M-Invest Slovakia Mierova, SRO
- Gerente da M-Invest Sovania Trnavska, SRO
- Gerente da M-Invest Slovakia, SRO
- Membro do Conselho Fiscal da Bergamon, SA
- Representante da Mota-Engil Engenharia e Construção – Sucursal da Eslováquia
- Controller na Mota-Engil Central Europe, SA
- Adjunto do Diretor Financeiro da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA – Sucursal de Angola
- Técnico da Área Internacional da Mota-Engil Engenharia e Construção, SA

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Pós-graduação em Gestão para Executivos pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa
- Six Sigma (General Electric)
- Fluxo de Tesouraria (General Electric)
- Planeamento Estratégico e Marketing (CIFAG)

Experiência Profissional:

- Administrador Executivo da Metro do Porto, S.A.
- Administrador Não Executivo da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Administrador do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Presidente da Transpublicidade – Publicidade em Transportes, SA
- Vogal do Conselho de Administração Porto Digital
- Presidente do Conselho Fiscal da ATC – Porto Tours
- Diretor Geral de Compras e Aprovisionamento e Sistemas de Informação da Vista Alegre Atlantis, SA
- Diretor Geral (Empresa Continental Importadora, SA)
- Diretor Administrativo e Financeiro (General Electric Portugal – Power Controls)

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa, Porto
- Pós graduação em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente (Direito interno e comunitário) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Pós graduação em Logística e Ciência da Legislação pela Faculdade de Direito de Lisboa
- Curso de especialização sobre o novo regime de contratação pública no INA - Instituto Nacional de Administração, IP
- Executive master de gestão para juristas na EGE - Escola de Gestão Empresarial, Universidade Católica Portuguesa, Porto

Experiência Profissional:

- Administradora Delegada do TIP – Transportes Intermodais do Porto, ACE
- Administradora não executiva da Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações
- Advogada na CP – Comboios de Portugal, EPE a exercer funções no Gabinete Jurídico, sendo responsável pelo núcleo do Porto
- Jurista na AMTP, EPE - Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto
- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado das Obras Públicas do XVI Governo Constitucional
- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas do XV Governo Constitucional
- Adjunta, na área jurídica, do Secretário de Estado da habitação do XV Governo Constitucional
- Jurista no Departamento de Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Gondomar
- Jurista no gabinete técnico local de São Pedro da Cova e Fânzeres, criado pela Câmara Municipal de Gondomar, ao abrigo do programa de recuperação de áreas urbanas degradadas (PRAUD)
- Estágio no escritório Lopes Cardoso – Sociedade de Advogados, com o Bastonário Augusto Lopes Cardoso

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E.", (Agrupamento) as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 11.020.656 euros e um total de capital próprio negativo de 4.622.938 euros, incluindo um resultado líquido de 236.103 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Agrupamento, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestações de contas.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 1 de 2

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

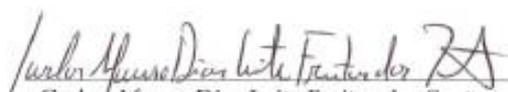
8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 7 acima, chamamos a atenção para a situação seguinte:

- O Agrupamento, apesar do resultado positivo alcançado neste exercício, manteve a situação deficitária do capital próprio, atualmente negativo no valor de 4.622.938 euros. O princípio da solidariedade dos Agrupados pelas dívidas do Agrupamento é imposto no n.º 2, da Base II, da Lei n.º 4/73, de 4 de junho.

Porto, 24 de março de 2014


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. 1314 - ROC Executor


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. n.º 177

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º53
Registada na CMVM com o n.º.1975
Contribuinte n.º.502 138 394*

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores membros do Agrupamento,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do contrato de sociedade do "TIP - TRANSPORTES INTERMODAIS DO PORTO, A.C.E." (Agrupamento) e o mandato que nos foi conferido, vem o Fiscal Único apresentar o seu relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir o seu parecer sobre os documentos de prestação de contas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que lhe foram disponibilizados para apreciação pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único acompanhou a atividade e os negócios do TIP, ACE, realizou testes e outros procedimentos, quando entendeu necessários, aos bens e valores do Agrupamento, tendo obtido esclarecimentos do Conselho de Administração e dos Serviços sobre algumas situações.

No decurso do exercício, manteve-se a tendência para a diminuição da procura global do Sistema de Transportes Públicos da Área Metropolitana do Porto. Não obstante essa situação, as validações com os títulos intermodais Andante registaram um significativo acréscimo de 24,3%, face ao ano anterior, demonstrando ser cada vez mais a opção dos utilizadores de transportes públicos.

Apesar dos resultados positivos obtidos neste exercício, o capital próprio do Agrupamento permanece negativo, o que não está de acordo com o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Fiscal Único, no âmbito das suas funções, examinou as Demonstrações Financeiras compostas pelo Balanço, Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações nos Capitais Próprios, dos Fluxos de Caixa e Anexo, concluindo que o Agrupamento utilizou políticas contabilísticas e aplicou critérios de valorimetria que determinaram uma correta avaliação do património e dos resultados e que os mesmos se enquadram dentro das normas legais e estatutárias, pelo que concorda com as contas.



Página 1 de 2

Procedeu ainda à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 emitido pelo Conselho de Administração e do Relatório de Auditoria sobre as contas emitido pelo Auditor Externo, os quais mereceram o seu acordo, e emitiu a Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

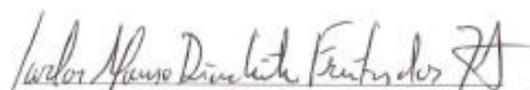
O Fiscal Único expressa o seu reconhecimento ao Conselho de Administração e demais colaboradores do Agrupamento pela disponibilidade e colaboração no desempenho das suas funções.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício de 2013;
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados contida no Relatório de Gestão.

Porto, 24 de março de 2014

O Fiscal Único


Carlos Afonso Dias Leite Freitas dos Santos
R.O.C. 1314 - ROC Executor


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada pelo Sócio-Administrador
Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

Relatório de Auditoria

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da TIP - Transportes Intermodais do Porto A.C.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 11.020.656 euros e um total de capital próprio negativo de 4.622.938 euros, incluindo um resultado líquido de 236.103 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwcc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077*

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Praça do Solomar, Rua Sousa Mattos, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TIP - Transportes Intermodais do Porto A.C.E. em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

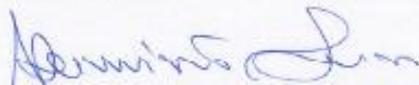
Ênfases

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamamos a atenção para as seguintes situações:

- i) Conforme referido na nota 14 do anexo às demonstrações financeiras, a responsabilidade por receita a repartir aos operadores da intermodalidade no montante de cerca de 2.263 milhares de euros encontra-se registada na rubrica de outras contas a pagar e, de acordo com o modelo de repartição aprovado pelos participantes da intermodalidade, vão sendo geradas diferenças entre o valor recebido e o valor repartido, devido à natureza do sistema de intermodalidade. O apuramento do valor efetivo de responsabilidade por receita não repartida, depende de variáveis externas, tais como perdas de títulos por parte dos utentes, cujo apuramento só será possível com uma serie mais longa de dados, o que permitirá, de acordo com os estatutos da entidade, definir o destino do diferencial a apurar;
- ii) Chamamos a atenção para o facto do capital próprio apresentar um valor negativo no montante de 4.622.938 euros. De acordo com o estabelecido na Lei n.º 4/73 - N.º2 da Base II, legislação aplicável aos Agrupamentos Complementares de Empresas, as empresas agrupadas respondem solidariamente pelas dívidas do agrupamento.

24 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.